MARCOS ANTONIO FILGUEIRA

OS JUDEUS FORAM NOSSOS AVÓS

FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MOSSOROENSE
Série "C" -
Volume 2011

MARCOS ANTÔNIO FILGUEIRA

OS JUDEUS FORAM NOSSOS AVÓS

SEGUNDA EDIÇAO

Agradecimento

In memoriam

Aos historiadores Vingt-Un Rosado e Raimundo Soares de Brito, pelo incentivo.

Dedico à comunidade b'nei anussim brasileira,
nas pessoas de Paulo Valadares,
Hélio Daniel Cordeiro, Eder Barosh
e João Medeiros.

“Mas se não falham as leis da herança, o caráter ancestral, com as qualidades marcantes, se estampa por aí além, em boa parte da sociedade que não faz a menor idéia de suas raízes bíblicas”.

Pedro Calmon

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

Os judeus foram nossos avós. Bem assim como os indígenas e os negros trazidos da África como escravos, além de descendermos de todas as etnias que se misturaram, na Península Ibérica, aos autóctones, produzindo o povo português e o espanhol, substratos maiores do nosso sangue.

Nos primeiros séculos nos chegaram na sua maioria já convertidos, embora ainda judaizassem, como ficou patente com a publicação dos documentos referentes à visitação do Santo Ofício no Brasil. Formaram corrente caudalosa povoando o país, divulgando uma tradição já deturpada: o judaísmo que podiam praticar às ocultas, sem o sopro renovador da fonte rabínica.

Inicialmente eram chamados de cristãos-novos, alguns dos quais teriam continuado a judaizar em oculto - o marrano. A maioria, ao longo das gerações, manteve uma vaga lembrança de sua origem judaica, não sabendo a razão de muitas de suas crenças, e foi com certeza através destes, que chegaram até hoje algumas práticas de evidente origem semita preservadas em todos os rincões do Brasil. Os

marranos, minoria, guardariam no recôndito do lar, por muito mais tempo, a prática consciente de seus parentes.

Os historiadores Frieda e Egon Wolff consideraram nos seus estudos, apenas os judeus e os convertidos judaizantes, deixando de lado a grande massa convertida e assimilada.

O conceito do que seja um judeu está ligado aos aspectos religiosos e genealógicos. No presente trabalho objetivamos, contudo, apenas estabelecer a ligação genealógica desse componente semita da população brasileira, e assim consideraremos para o nosso trabalho o descendente, mesmo distante, de judeus, cristão-novos e marranos, alertados, porém, para o fato de que probabilisticamente, já nas primeiras gerações de um casal, alguns descendentes já quase nenhum gene possua daqueles ancestrais.

Por que a preocupação com as famílias descendentes de judeus aqui chegados há tanto tempo? Responderemos que nos inspira o mesmo espírito que levou a outros trabalhos desta natureza, referentes a outras etnias, como numeramos a seguir:

1. O Instituto Hans Staden publicou quatro volumes com o título de “Famílias Brasileiras de Origem Germânica”;
2. Faris Antônio S. Michaele publicou “A Cepa Esquecida”, destacando vultos nacionais descendentes de indígenas;

3. Deusdedit Leitão publicou, “Famílias Paraibanas de Origem Francesa”, na Revista do Instituto de Genealogia e Heráldica da Paraíba;

4. Manuel Correia de Andrade publicou “A Itália no Nordeste” destacando a descendência de italianos nessa região do Brasil.

Neste tipo de pesquisa incorpora-se o presente trabalho, mostrando que também os judeus foram nossos avós.

2. UM POUCO DA HISTÓRIA MARRANA

Os judeus chegaram à Península Ibérica em tempo até o presente difícil de datar, sendo provável que tenham emigrado da Palestina durante a dominação romana, senão antes. Quando o profeta Obadias (Ob. 20) se refere aos *cativos de Jerusalém*, *que estão em Sefarade*, entende-se normalmente que se refira à Espanha, e daí o serem chamados de Sefaraditas.

Entre os anos de 900 a 1200 da nossa era foram, na Espanha, juntamente com os seus parentes árabes, os vanguardeiros do conhecimento. Foi a época de homens como Salomão Ibn Gabirol, Hasdai Ibn Shaprut, Abraão ben Ezra, Moisés ben Maimon e outros mais, que hoje se ombreariam com tantos quantos da estirpe, que são ganhadores do Prêmio Nobel. Foram os primeiros artesãos da cultura e da língua no país de Cervantes, quando o saber livresco estava confinado apenas aos mosteiros, e os nobres, na sua imensa maioria, eram analfabetos. Ler e escrever constituíam privilégios de reduzida minoria, e esta, no geral, era formada por judeus.

Para aborrecimento dos cristãos sempre foram utilizados em altos cargos, somando assim mais uma prevenção contra eles, além de já serem acoimados de assassinos de Jesus. Nunca estiveram ausentes nas finanças e economia, na medicina e nas atividades cartoriais.

Foram expulsos da Espanha em 1492, acreditando-se que entre 200 a 300 mil judeus tiveram que deixar o país para não se

converterem à religião católica. Alguns fugiram para o reino de Navarra, outros embarcaram para o Marrocos, um grande número preferiu a Turquia, e a maioria – mais da metade, cruzou a fronteira para Portugal onde já existia desde muito tempo, uma colônia também numerosa.

O Bispo de Lisboa, D. Soeiro, já denunciara ao Papa Gregório IX (1227-1241), sua situação de prevalência nos cargos reais, e incluía como da estirpe judaica, embora já cristianizado, ao famosíssimo D. Egas Moniz, que foi aio de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal e ascendente das famílias Coelho, Alvarenga, Moniz, Resende, Almeida, dentre outras. Dizia D. Soeiro:

> *“... na diocese de Lisboa, as funções públicas são dadas, de preferência, aos judeus (...) com opróbrio de cristãos e com escândalo de muita gente”.*

Em consideração a objetivos pessoais e políticos, D. Manuel também os expulsou, fazendo publicar em 1496 o édito de expulsão, que deveria executar-se até o ano seguinte. Alguns portos foram determinados para a saída do reino, depois mudados apenas para Lisboa. Em outubro de 1497, estando aí reunidos para mais essa diáspora, foram tomados de surpresa e batizados à força ou em pé, como registrado ficou na história (Lipiner,1998).

Assim, contra a vontade, o judeu transformou-se em cristão, a quem logo se acrescentou o apodo de “novo”, em contraposição ao cristão que supostamente não possuía raízes judaicas: o velho, estando a partir de então sujeito à vigília e perseguição inquisitorial. Nada aproveitou aos que espontaneamente se converteram, pois continuaram objeto de desconfiança para os cristãos-velhos e para os de sua estirpe.

Essa dubiedade de caráter que lhe foi imposta acompanhou-o na dispersão, *desenvolvendo uma mentalidade que não foi nem judaica nem cristã, mas cristã-nova* como diz Anita Novinsk prefaciando “A História dos Judeus em Portugal” de Kayserling (1971).

Não parece ser de todo infundada a acusação de que, por vezes, facilitaram a penetração de invasores nas terras de sua peregrinação. Com esses, esperavam refrigério para suas angústias, e liberdade para seu culto. Foi assim, dizem, na Espanha com Tarik, invasor berbere de *extração judaica da tribo de Semeão*; foi assim, afirma-se, na invasão holandesa do Nordeste do Brasil, séculos depois.

Cristão-novo era, pois, o judeu convertido, normalmente à força. *Anussim*, marranos, outras denominações, de princípio referia-se apenas ao que fora batizado, depois valeu também para os descendentes: cristão-novo inteiro, meio cristão-novo, um quarto, um oitavo etc. Para os inquisidores valia até o décimo sétimo grau de parentesco. Para os que desejavam seguir a carreira eclesiástica, a

pesquisa genealógica prosseguia indefinidamente, até onde se pudesse ir.

Segundo Izacksohn(1067) se afirmava que, em cada três portugueses um era cristão-novo ou judeu, informação que hoje é confirmada pela pesquisa genética.

Com a descoberta do Brasil aportam por aqui já com nomes portugueses. Gaspar da Gama foi o primeiro. A hipótese de Rodolfo Garcia (Azevedo,1955) é que da estirpe também foram o Caramuru, João Ramalho, Francisco Chaves, o misterioso bacharel de Cananéia, e mesmo um castelhano que vivia no Rio Grande do Norte entre os Potiguares. Teriam sido trazidos pelo congênere Fernando de Noronha, a quem havia sido arrendada a terra recém-descoberta.

Foram multidão não tendo razão os que se insurgem contra tal raciocínio, pretendendo serem os primeiros povoadores, na sua maioria, nobres e fidalgos de pura linhagem cristã-velha. Destes, é verdade, também houve contribuição, não sendo fato, porém, tenham sido predominantes. Para Gilberto Freire (1987), os estudos genealógicos em geral foram feitos de forma superficial, para atender a vaidade de barões do Império e de esnobes da República, carecendo de realismo.

Ao parentesco dos Holandas com o papa Adriano VI, ou dos Cavalcantis com os duques de Florença ou ainda à nobreza dos Wanderley, não faltam objeções. O mais provável como afirma Doria, é que os Holandas sejam judeus

(http://www.arquivojudaicope.org.br/arquivos/bancodearquivos/5fc3862c4deaf6db99922b16df5b26ee.pdf) Que se dirá então a respeito dos muitos Lopes, Fernandes, Rodrigues, Álvares, Mendes, Dias, e Gomes, que deram com os costados nas nossas plagas? Para que se tenha idéia do uso de tais sobrenomes pelos conversos, basta atentar para a longa lista dos penitenciados pela inquisição de Évora (Coelho,1889), onde dentre 440 condenados, 255 usavam um dos apelidos citados. E não estamos arrolando aqui os muitos Pereiras, Nunes, Coelho, Oliveira, Antunes, Pinto e Fonseca, a quem se atribui, normalmente ascendência judaica.

Em artigo publicado no jornal Tribuna Judaica (14 a 28 de abril de 2000), a já citada professora Anita Novinsk afirma que durante trezentos anos, todas as frotas e todas as naus que saíram de Portugal traziam cristãos-novos para o nosso País, podendo-se afirmar, sem muita margem de erro, que em certas regiões do Brasil, de 25% a 30% da população branca e livre era cristã-nova e que aqui continuaram, com ou sem religião, a ser judeus e por judeus é que foram perseguidos pela Inquisição. Artigo publicado na edição de 04 de dezembro de 2008 do *The American Journal of Human Genetics*, confirma essa afirmativa pois assegura que análise baseada na mistura binária e Y-STR haplotypes indica uma alta proporção média de ascendência de judeus sefarditas (19,8%), no sangue português.

Na nova pátria, em todas as profissões podem ser encontrados, como diz a citada Novinsk noutro trabalho (1972): "*No Brasil em*

construção, o cristão-novo experimentou de tudo: foi o desbravador do sertão, lavrador, mecânico, mestre de açúcar, soldado e até fidalgo, senhor de engenho e capitão-mor”.

Não foi também, a ascendência judaica, impedimento ao desenvolvimento da nacionalidade e ao denodo na batalha contra os invasores. Acaso não possuía João Fernandes Vieira, ascendente judeu na pessoa do Dr. Paulo Antonio, médico, tronco dos Fernandes do Faial? E não era ele casado com D. Maria Cesar “*que Berenguer e Cesar se dizia*”, mas que participava da raça proscrita por seu bisavô Belchior da Rosa? Que dizer de Felipe Bandeira de Melo, neto da judia Maria de Heredia, ascendente também dos Lucenas nordestinos, e de Francisco de Figueirôa, através de seu bisavô João Portel, cirurgião que tinha a fama de judaizar? E ainda consideremos Francisco Barreto de Meneses, mestre-de-campo, governador de Pernambuco e herói da guerra de Holanda, bisneto de Leonor de Aragão, judia.

Da Palestina até aqui, um resumo seqüencial pode ser delineado como segue:

1. Doze eram as tribos de Israel: Rubens, Semeão, Levi, Judá, Zebulon, Issacar, Dã, Gade, Aser, Naftali, José e Benjamim. Dez foram deportadas e desapareceram; sobraram apenas Judá e Benjamim, de quem descendem todos os judeus atuais;

2. Durante a ocupação romana da Palestina, cerca de cinqüenta mil famílias (quarenta pertencentes à tribo de Judá e o restante à tribo de Benjamim), vieram de Eretz Israel para Sefarad (Espanha), como afirma Selomó ben Verga no seu livro **Sebet Yeuda**;

3. Em 1492 os judeus foram expulsos da Espanha. Alguns se dirigiram para o reino de Navarra, outros se encaminharam para o sul, para embarcarem para Marrocos. Grande número velejou para a Turquia e mais da metade cruzou a fronteira para Portugal onde muitos já viviam;

4. Em dezembro de 1496, expediu-se uma provisão real ordenando a saída de Portugal, de todos os judeus que não se convertessem ao cristianismo, num prazo de 10 meses. Os pontos de embarque foram Lisboa, Porto e o Algarves, depois mudado apenas para Lisboa. Poucos saíram, quase todos foram convertidos à força;

5. Em 1497 não havia mais judeus em Portugal, só cristãos-novos, boa parte dos quais praticava o judaísmo ocultamente;

6. O anseio desses cristãos-novos para emigrar era grande, mas todas as portas para a Itália, Flandres e Turquia estavam fechadas. Restou principalmente o Brasil. Saíram tantos que em 30 de junho

de 1567 o rei de Portugal proibiu-os de saírem para Índia, Guiné e Brasil sem licença especial;

7. Em poucos anos Olinda, Recife, Salvador, São Vicente e o Rio de Janeiro se encheram de cristãos-novos, alguns praticando abertamente o judaísmo, o que atraiu para cá os olhos da Inquisição.

2.1. A PRESENÇA DA INQUISIÇÃO NO BRASIL

Baseados nas denúncias que se faziam em Portugal, preparou-se uma lista de sinais pelos quais se poderia detectar o marrano em terras do Brasil e outras colônias portuguesas.

Esses critérios orientadores para a caça do cristão-novo constam do Monitório do Inquisitor Geral D. Diogo da Silva, datado de 18 de novembro de 1576, que mandava denunciar ou confessar os objetos suspeitos ao exercício da fé legítima. Procurava-se saber:

Se guardavam os sábados abstendo-se de qualquer trabalho, vestindo-se e ataviando-se de roupas e joias de festa, adereçando e limpando às Sexta-feiras suas casas, fazendo de comer às Sexta-feiras para os Sábados, acendendo e fazendo acender candieiros limpos com mechas novas, mais cedo do que nos outros dias, deixando-os

assim acesos toda a noite até que por si mesmo se apagassem, tudo por honra, observância e guarda ao Sábado, ao modo judaico.

Se degolavam a carne e aves que haviam de comer, atravessando-lhe a garganta, provando e tentando primeiro o cutelo na unha do dedo da mão e cobrindo o sangue com terra, ao dito modo.

Se se abstinham de comer toucinho, lebre, aves afogadas, enguia, polvo, congro, arraia, ou pescado que não tivesse escama e outras cousas proibidas pela lei velha;

Se jejuavam o jejum maior dos judeus, que caia em setembro, não comendo o dia inteiro até que as estrelas aparecessem, conservando-se descalços naquele dia, e comendo à noite carne e tigeladas, pedindo perdão uns aos outros;

Se jejuavam o jejum da rainha Ester e outros jejuns que os judeus costumam fazer, como os das segundas e quintas-feiras de cada semana; se solenizavam as pascoas dos judeus, assim como a pascoa do pão asmo, e das Cabanas e a do Corno, comendo pão asmo em bacias e escudelas novas por cerimonias;

Se rezavam orações judaicas, como salmos panitenciais, sem Gloria Patri, et Filio, et Spiritu Sancto, e outras orações de judeus, orando contra a parede, baixando e levantando a cabeça, e tendo, quando assim rezavam, os atafates que eram correias atadas aos braços e postas à cabeça;

Se por morte de algum parente, comiam em mesas baixas pescado, ovos e azeitonas por amargura, ficavam atras da porta por

dó, banhavam os defuntos, lançavam-les calções de lenço, amortalhando-os com camisa comprida, pondo-lhes em cima uma mortalha dobrada à maneira de capa, enterrando-os em terra viva e em covas fundas, chorando e cantando suas litanias, como faziam os judeus, pondo-lhes à boca um grão de aljofar ou dinheiro de ouro ou prata, dizendo que era para pagar a primeira despesa, cortando-lhes as unhas e guardando-as, derramando e mandando derramar a água dos cantaros e potes, porque tinham por certo que as almas dos defuntos se vinham banhar ai e que o Anjo percuciente havia de lavar a espada naquela água;

Se lançavam às noites de São João e do Natal, na agua dos cantaros e potes, ferros, pão e vinho, crendo que naquelas noites a agua se tornava em vinho;

Se quando lhes nasciam os filhos, os circuncidavam e lhes punham secretamente nomes de judeus;

Se depois de batizados, lhes raspavam o oleo e a crisma, que o sacerdote lhes havia posto; se os pais ao deitarem a benção aos filhos, punham as mãos sobre suas cabeças e levavam-nas suguidamente ao rosto, sem fazerem o sinal da cruz

Não faltou item com respeito à leitura da Bíblia e de outros livros proibidos pela Igreja:

Se algumas pessoas, ou pessoa tem livros e escrituras, para fazer os ditos cercos e invenções dos diabos, como dito é, ou outros alguns livros, ou livro, reprovados pela Santa Madre Igreja".

Se alguma pessoa ou pessoas souberem que algumas pessoas ou pessoa nos ditos reinos e senhorios de Portugal, tem alguma Bíblia em linguagem, que no-lo venham ou mandem mostrar para serem vistas e examinadas por nós, para se ver se são fiel e verdadeiramente transladados, e como devem".

Com o Monitório tolhia-lhes a Inquisição, a escassa liberdade intelectual e de culto que procuravam e em parte encontraram no Brasil. A partir daí viriam as denúncias, a inquietude. Entre 1591 e 1595, por aqui esteve o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça, que estendeu sua ação às Capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Pouco mais tarde, em 1618, foi a vez do Licenciado Marcos Teixeira, Protonotário Apostólico, Deputado do Santo Ofício, Visitador da Bahia. Espalhou-se o terror na Colônia.

3. A Bíblia e os cristãos-novos no Brasil

O cuidado que teve a Igreja Católica para que o Livro Sagrado não chegasse até o leigo, não começou, como se poderia imaginar, com a Reforma Luterana iniciada em 1517, pois já em 1229, no Concílio de Valença, foi a Bíblia colocada no Index dos livros proibidos através de um decreto onde se lê:

> *"Proibamos também que os leigos possuam livros do Velho ou Novo Testamento, a não ser que alguém queira, por sentimento de devoção, ter um saltério ou breviário, para o serviço divino ou as horas da bem-aventurada Maria. Mas estritamente proibimos que tenham os livros acima mencionados na língua comum".*

O Concílio de Trento confirmou este decreto e proibiu o uso das Escrituras, por qualquer membro da Igreja, a não ser que tivesse permissão do seu superior. Mesmo mais recentemente, em 1715, a Bula Unigênitus dizia:

> *“Proibimos-lhes (aos leigos) estritamente que possuam livros do Velho ou Novo Testamento na língua vulgar”.*

Essa proibição, nem sempre eficiente, era freqüentemente burlada principalmente pelos marranos, que no oculto do lar continuaram a judaizar.

Na Espanha, sabe-se que muitos judeus, ante a ameaça à sua vida, converteram-se ao cristianismo, transferindo aos seus ex-correligionários, mediante solenes contratos públicos, seus livros “en abraico”, pois a publicidade dessa posse poderia redundar em sérios problemas com a Inquisição.

Outros judaizantes, por desconhecimento do hebraico, serviam-se das traduções em espanhol, para a educação dos filhos na lei mosaica. A censura ao livro sagrado tornou-se por essa época, uma das principais tarefas da Inquisição. Poliakov (1984) diz que “*nesse ponto, ela demonstrou tal eficácia que segundo um inquisitor de fins do século XVIII, a Bíblia tornara-se objeto de horror e de desgosto para os espanhóis”.*

Essa situação repetia-se em Portugal e Colônias, onde havia tráfico intenso, porém oculto, de Bíblias sob o comando de cristãos-novos. Elias Lipiner(1987) noticia no seu livro “Gaspar da Gama” que *“... Francisco Pinheiro, que foi na frota de Dom Francisco de*

Almeida, de 1905, transportou consigo uma arca cheia de "brivias escritas em abraico" – presumidamente rolos dos pergaminhos da Lei ou Bíblias impressas – que seu pai, o corregedor do corte, doutor Martins Pinheiro, teria mandado escrever ou tinha recolhido já feitas, nas sinagogas que então se desfaziam em Portugal".

Sabe-se também, que os batavos durante o seu domínio teriam inundado o Nordeste com Bíblias em linguagem para uso dos cristãos-novos, muitos dos quais seus aliados, e que enquanto durou este domínio puderam expressar livremente sua crença ancestral, tendo sido instalada então no Recife a mais antiga Sinagoga da América do Sul, à que assistia o famoso rabino Isaac Aboab da Fonseca.

Essa Bíblia, introduzida no Brasil pelos holandeses, tem-se como certo que era a famosa Bíblia de Ferrara, a primeira traduzida palavra por palavra do hebraico para o espanhol, impressa em Ferrara, Itália, pela primeira vez a 1º de março de 1553 e que foi reimpressa várias vezes em Amsterdã, nos anos de 1611, 1630, 1646, 1661, com a última edição datada de 1726.

Seu editor foi o judeu Abraham Usque e se institulava: "*Bíblia en língua española traducida palabra por palabra de la verdad hebrayca por el oficio de la Inquisicion*", e sem dúvida era destinada ao público judeu.

Cinqüenta e dois anos depois da última edição da Bíblia de Ferrara, apareceu a primeira edição da Bíblia do Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, inicialmente apenas o Novo e logo depois, também o

Velho Testamento. A exportação para o Brasil, porém, ainda era proibida, e só em 1850 teve o nosso país acesso ao Livro Sagrado e ao Novo Testamento de forma franca.

A desobediência à ordem expressa no monitório a respeito da posse da Bíblia em linguagem tinha certa gravidade. Em Portugal registrou-se o caso do cristão-velho Gil Vaz Bugalho, desembargador, casado com a cristã-nova Beatriz Vaz, que ardeu nas fogueiras da Inquisição a 20 de dezembro de 1551. Dentre os crimes que lhe foram imputados estava o ter transladado "*uma Bivria em linguagem português, de outras hebraicas e latinas*". Confessou o martirizado que "*escrevera e transladara os cinco livros de Moisés, Josué, Juizes, de latim em linguagem...*" Por razões semelhantes, viera degredado para cá o cristão-novo Diogo Meirelles.

A Igreja estava atenta, exercendo rígido controle da produção literária introduzida no nosso país. Havia seleção de leituras e livros. Os livros poéticos não andavam nas boas graças da pedagogia da época, é o que diz o historiador da Companhia de Jesus, Serafim Leite. Diz ainda que:

> *"A Congregação Provincial da Bahia (1583), propôs que se desse alguma emenda aos livros de Humanidades de Plutarco, Terêncio, Horácio, Marcial e Ovídio".*

Não era, pois, só a Bíblia que estava sob vigilância. Não era fácil o acesso ao livro nos primeiros anos do Brasil.

Quando das citadas Visitações, tornou-se obrigatória a denúncia ao Visitador daqueles que possuíam livros suspeitos.

Destacam-se nas Confissões e Denunciações perante a mesa inquisitorial, os livros “Diana”, de Jorge de Montemor; o “Livro do Símbolo”, de Frei Luis de Granada; “Metamorfose”, de Ovídio; “Belial” e outros. Em Portugal estavam proibidos ainda, Celestina”, do marrano Francisco de Rojas; “Eufrosina”, de Jorge Ferreira de Vasconcelos; “Orlando Furioso”, “Selva de Aventuras” e “Menina e Moça”, do cristão-novo Bernardim Ribeiro.

E quem possuía estes e outros livros proibidos? De quem foram as primeiras bibliotecas do Brasil Colônia?

Através do estudo do seqüestro de bens de 130 portugueses, cristão-novos, residentes no Brasil ou brasileiros natos, presos entre os anos de 1704 e 1761, Anita Novinsky dá a resposta: alguns desses possuíam boas bibliotecas para a época.

Implicadíssimo na leitura desses livros proibidos e especialmente da Bíblia, estava o cristão-novo Bento Teixeira, um dos homens mais cultos à época em Pernambuco, autor da “Prosopopéia”, que inaugura a literatura no nosso país.

Foi denunciado perante a mesa da Visitação, a 10 de novembro de 1593, por Ana Lins, esposa de Bartolomeu Ledo, supostos ascendentes dos Oliveira Ledo da Paraíba. Dizia a denunciante que

Bento era chamado certos dias para traduzir a Bíblia latim em linguagem, para deleite da congênere Violante Fernandes, filha de Branca Dias.

Outra que fizera o mesmo pedido a Bento Teixeira fora a cristã-nova Maria de Peralta, esposa de Tomas Bebintão. Solicitavam em especial os Salmos de Davi, que eram particularmente apreciados pelos marranos.

Também Maria Lopes e Violante Roiz liam a Bíblia em linguagem num exemplar pertencente à primeira, como denunciado pelo sacerdote Gaspar da Palma, Cônego da Sé.

A lista se alonga.

Denunciado também fora o licenciado Francisco Lopes Brandão, advogado na Bahia, que cometera a tolice de, em discussão com outro cristão-novo, lançar mão de uma Bíblia de sua Biblioteca e ler um dos salmos interpretando-o de maneira favorável aos de sua estirpe.

Outro que possuía a Bíblia em linguagem e frequentemente lia por ela era Felipe Cavalcanti, fundador da família Cavalcanti no Brasil, e que possivelmente também pertenceria à estirpe embora procure-se por todos os meios mostrar que descendia de linhagem nobre. A 29 de outubro de 1593, compareceu perante os Visitadores em Pernambuco, o cristão-velho Amaro Gonçalves para dizer que vira na casa de Felipe Cavalcanti uma Bíblia em linguagem. E o que era mais grave, instado por seu cunhado Gonçalo Mendes Leitão a se desfazer daquela obra

defesa, fizera pouco caso e respondera com arrogância dizendo que quem o dizia, não sabia o que dizia.

Esses poucos exemplos da dolorosa relação dos cristãos-novos e a Bíblia, no período colonial, devem ser apenas parte de toda a história. O restante permanecendo encoberto ao pesquisador.

Não há surpresa, quando séculos depois, constata-se a quase ausência de livros e principalmente da Bíblia, nos inventários sertanejos. Além de partes dos nossos primeiros colonizadores se constituírem, reconhecidamente de "bons e broncos" portugueses, sem nenhum traquejo intelectual, os demais, a maioria, vivendo sob o domínio do medo, terminaram por desenvolver uma quase cultura da dissimulação, afastando-se dos hábitos comprometedores, restando o estereótipo como testemunha.

Ao fim destas considerações lembramos uma afirmação de Moacyr Scliar(1985), extraído do seu trabalho "A Condição Judaica" (99), ao se referir a presença dos cristão-novos no Brasil-Colônia:

> *"Da noite dos tempos, o episódio dos cristãos-novos continua a provocar ressonâncias, reverberações. Nenhum povo passa impunemente por um episódio tão doloroso. Se existe algo que possa ser chamado de caráter brasileiro, então podemos estar seguros de que tal episódio, nele deixou suas marcas".*

4. A ONOMÁSTICA DO CRISTÃO-NOVO

Há uma dificuldade inicial para a confecção do presente trabalho: a identificação do cristão-novo. Prenomes e sobrenomes, só em casos específicos podem oferecer certeza. Lucena talvez seja um exemplo positivo de identificação pelo sobrenome.

Nada se haverá de encontrar nos livros paroquiais, pois a Igreja foi eficiente no cumprimento da determinação do Marques de Pombal em 1773. A tradição pode falhar. Nada substitui o documento.

Algumas pistas, porém, devem ser seguidas e se bem utilizadas podem conduzir à identificação. Comecemos pelos prenomes.

4.1. O PRENOME

Não tem sido aleatória a adoção do prenome pelo povo, ao longo da história. Obedece sempre a aspectos sócio-culturais. Entre os judeus, estabelecidos desde épocas imemoriais na Península Ibérica, o uso de nomes e sobrenomes tem seguido sempre a estratégia da sobrevivência.

Durante o século XIV não usam os da “raça” hebréia, sobrenomes que os distinguam. Maria José Pimenta Ferro (1979), arrola de 1293 a 1383 os prenomes de 63 judeus, indicando-lhes a profissão e o local de trabalho. Destes, 52 usam prenome do Velho Testamento, de acordo com a listagem abaixo

TABELA 1. Prenomes de judeus durante os séculos XIII e XIV

Prenomes	Quantidade
Isaque	12
José	10
Abraão	9
Jacó	6
David	5
Judas	4
Moises	2
Soleima	1
Salomão	1
Samuel	1
Levi	1
Total	52

Fonte: Pimenta Ferro, 1979

José, que depois se tornará bastante comum entre os cristãos-velhos, é dos prenomes mais utilizados pelos judeus, que nesse período não precisam esconder sua religião. Isaac e Abraão têm

também destaque nesse período, como de resto, juntamente com Jacó e David, servirão sempre de guia para a identificação de judeus.

Em 1474, a coroa portuguesa cobrou um empréstimo compulsório a fim de atender aos objetivos bélicos de Afonso V. A listagem dos contribuintes do Alentejo, chegou até a época atual e foi estudada por Iria Gonçalves (1988). Dela constam 1110 pessoas, sendo 1046 cristãos, 58 judeus e 6 muçulmanos.

Das 59 unidades onomásticas utilizadas por cristãos e judeus, 9 são tirados do Novo Testamento, que pela freqüência, perfazem a maioria dos nomes encontrados. Apenas o prenome João, por exemplo, contribui com 203 pessoas. Dez, são do Velho Testamento e identificam judeus assumidos. Entre os cristãos, curiosamente não ocorre o prenome José, enquanto entre os judeus, compete este com Abraão e Isaac com igual número de pessoas (9), coerente com os dados obtidos por Maria Pimenta Ferro.

TABELA 2. Pronomes do Almoxarifado de Évora, 1475

Prenomes	Quantidade	%
Hebreu-cristão		
Velho Testamento	53	4,7
Novo Testamento	306	22,6

Outros	751	67,7
Total	1110	100

Fonte: Gonçalves,1988

Já nas proximidades do fatídico ano de 1497, dentre os muitos que usam de prenomes outros que não do Antigo Testamento, são marranos, pois a partir de então não haverá mais judeus declarados em Portugal. Todos foram convertidos.

Que prenomes passaram a usar os judeus convertidos?

Olhando os condenados pelo Tribunal de Évora, teremos uma resposta para essa questão. Não encontraremos praticamente mais nenhum prenome do Antigo Testamento. A listagem foi apresentada por Coelho (1987) e refere-se ao período que vai de 1543 a 1667. São 379 acusados de judaísmo, cujos prenomes hebraico-cristãos estão assim distribuídos: Isabel (27), Maria (27), Manuel (20), Pedro (16), João (15), Ana (09), Simão (08), Estevão (04), Miguel e José (02), Raquel, Thomas, Tomé, Gabriel, Susana, Mateus, Marcos e Jácome, apenas 1.

Os prenomes de outras origens perfazem 241 ou 63,58% do total de condenados.

Durante esse período, muitos cristãos-novos vêm se estabelecer no Brasil, e os que surgem nas denunciações da Bahia de 1618, nos dão uma idéia dos nomes utilizados.

Dentre 93 cristão-novos, não há um único nome do Antigo Testamento e 32% usam prenomes do Novo, assim distribuídos: Manuel (14), João, Simão e Pedro (03), Felipe (02), Isabel, Ana, José, Mateus e Maria, apenas um indivíduo.

No ano de 1773, foi proclamada a ordem régia que acabou de uma vez por todas, no mundo português, com a distinção entre os cristãos-novos e os cristãos-velhos. Um pouco antes, no início do século XVIII, tivera início a efetiva colonização dos estados nordestinos, principalmente os mais distantes da capitania de Pernambuco.

Será que depois dessa data, nas muitas famílias originadas de algum ramo judaico, teriam voltado a surgir os velhos nomes dos patriarcas bíblicos e outros de projeção no Velho Testamento? Após todos estes séculos, teriam ficado algumas lembranças?

O interessante estudo intitulado “Nome e sobrenome na interpretação da história do povo”, de Eliane S. Azevedo e Nelly B. V. M. Freire(1984), do Laboratório de Genética Médica da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, pesquisou a distribuição dos nomes e sobrenomes de doadores de sangue das cidades do Porto, Lisboa e Salvador, e sobre o problema que nos interessa, compuseram o seguinte quadro, que apontam para uma resposta positiva à questão levantada.

A diminuição da freqüência de nomes hebreu-cristãos do Porto (30,6%), para Lisboa (22,9%) e para Salvador (11,4%), é explicado como provavelmente refletindo diferentes graus de miscigenação em

cada cidade, havendo um maior isolacionismo bio-cultural para a cidade do Porto, quando comparado com as duas outras cidades estudadas.

TABELA 3. Distribuição de nomes de doadores de sangue brasileiros (Salvador) e portugueses (Lisboa e Porto).1984.

Origem da amostra	Prenome Hebreu/cristão		Outros Prenomes		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
Porto	558	30,6	1261	69,3	1819
Lisboa	200	22,9	672	77,0	872
Salvador	117	11,4	903	88,5	1029

FONTE: Azevedo e Freire, 1984.

Aqui vem a questão colocada pelos autores do citado trabalho: “Quais forças determinaram e mantiveram a preferência por nomes hebreus-cristãos no Porto, em Lisboa e em Salvador? Uma hipótese a explorar é que os portadores de nomes hebreu-cristãos, estejam mais representados por descendentes de cristãos-novos tanto em Portugal como no Brasil.”

Os autores acharam ainda um resultado bastante interessante, quando estudaram a distribuição dos prenomes, estratificando a amostra por grupo étnico em Salvador:

TABELA 4. Distribuição de nomes de doadores de sangue por grupo étnico, em Salvador. 1984.

Grupos étnicos	Prenome Hebreu/cristão		Outros Prenomes		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
Brancos	36	16,44	183	83,5	219
Mulatos	44	0,09	422	90,5	466
Negro	37	0,11	298	88,9	335

FONTE: Azevedo e Freire, 1984.

A explicação dada pelos autores, para o fato dos brancos apresentarem maior freqüência de nomes hebreu-cristãos, quando comparados os grupos mulato e preto, é de que os brancos, no nordeste, são aqueles que possuem menor proporção de ancestrais negroides e indígenas, e assim, apresentam maior ascendência portuguesa, a qual, por sua vez, incluía considerável proporção de judeus e cristãos-novos.

Diante do exposto, verificamos que como era de esperar, os judeus, como medida de proteção, se ocultaram na sociedade portuguesa, por trás de prenomes normalmente já utilizados pelos cristãos-velhos, tirados principalmente do Novo Testamento.

Interessante a situação da unidade onomástica José, bastante usada por judeus durante os séculos anteriores à repressão antissemita e conversão forçada, quase que totalmente esquecida pelos cristãos no mesmo período, e que não teve a preferência dos cristãos-novos no processo da conversão.

Na continuação, proliferariam o Jorge, Baltazar e Belchior e entre as mulheres, as Violante e Branca, muito encontrados entre as gerações posteriores dos conversos portugueses.

4.2. O SOBRENOME

Sobre este item podemos afirmar que quase todos os apelidos portugueses foram utilizados pelos conversos. Acreditamos, porém, ser possível, também aqui, encontrar o fio da meada genealógica que nos liga ao veio semita. Comecemos por revisar a opinião de alguns estudiosos.

Com propriedade, diz Alberto Dines (1990) que "se entre as nações é quase banal nomear, entre os judeus envolve recônditos significados", e ainda, "cada êxodo e exílio dos judeus corresponde a uma adaptação ou disfarce do prenome ou sobrenome". Aponta este autor como tendo origem semita na Catalunha, os Duran; em Portugal, os Franco, Amigo, Querido, Ruivo, Dormido, Calado, Gatão, Rico, Vizinho, Negro, Preto, Beiçudo, Gago, Dourado, Crespo, Crescente, Caldeirão, Amador e Palaçano, apelidos de filhos de Israel, presentes

nos livros das chancelarias dos reis, por serviços prestados a coroa portuguesa.

Continua aquele autor com os sobrenomes toponímicos como, Toledano, Navarro, de Leão, Francês, Narbona, Lucena, Galego, Sarfati, Barceloni, Saragossi, Sevilhano, Catalão e Cuellar.

Também enumera aqueles com clara marca hebraica como Cohen, Aben, Atar, Abe(ni)car, Benholam, Gabay, Guedalia (depois Gadelha), Ben Aron (depois Benaras ou Benário), Daian e Abravanel.

Íria Gonçalves (1988), numa amostragem da antroponímia alentejana do século XV, lista os seguintes apelidos utilizados por judeus: Abeacar, Alcaçovas, Alfandarim, Alvarino, de Arraiolos, Ataqueiro, Banafação, Boino, Bolhos, Cachiche, Caldeirão, Catalão, Fazão, Franco, Gabai, de Illescas, Labranca, Leiria, Ludel, Montemor, Namias, Navarro, Palaçano, Pardo, Pinto, Polegar, Pratas, Rafria, Romão, Romeiro, Ruivo, Samaria, Sanarigo, Trafão, Vaca, Valencim, Xavi, Zaboca e Semerro.

Parece certo que antes do século XIV os judeus não usavam sobrenomes, deduzindo-se que as duas listagens apresentadas são amostragens dos primeiros apelidos por eles utilizados, sendo raros os que se perpetuaram dando origem a famílias portuguesas. Talvez apenas os Franco, Calado, Gago, Dourado, Caldeirão, Navarro, de Leão, Lucena, Galego, Gadelha e Pinto, tenham chegado até à época dos cristãos-novos. Alguns dos outros permaneceram sendo utilizados por judeus declarados por bastante tempo.

Verifica-se que, no momento da conversão, passaram a usar os mais diversos sobrenomes, inclusive os dos padrinhos de batismo. Não se tem observado a freqüência tão declarada de nomes originados de plantas e animais, sendo bem mais comum a utilização de patronímicos. Em qualquer listagem de cristãos-novos que se faça, será essa quase uma regra geral, justificada pela inespecificidade e pouca utilização pelos portugueses no período inquisitorial.

Para que se tenha idéia do uso de tais sobrenomes, basta atentar para os já mencionados 440 penitenciados pela Inquisição de Évora, onde 255 usavam um dos apelidos seguintes: Lopes, Fernandes, Rodrigues, Álvares, Dias e Gomes.

A partir do livro de Flávio Mendes Carvalho(1992) "Raízes Judaicas do Brasil", arrolamos entre os condenados pela Inquisição de Lisboa, os 10 apelidos mais freqüentes: Rodrigues (453), Lopes (282), Nunes (229), Mendes (224), Gomes (184), Henriques (174), Costa (138), Fernandes (132) e Pereira e Dias (120 cada um).

São alguns dos mesmos sobrenomes encontrados por Anita Novinsk (1972) na Bahia, como indícios prováveis de cristãos-novos.

Ainda na Bahia, Lipiner (1969) aponta com destaque os Antunes, tidos por descendentes dos Macabeus, os Mendes, Fernandes, Nunes e Lopes.

Outros, embora pouco freqüentes nestas listagens, são reiteradamente citados no mundo português como sendo de origem semita. Tais são os Mesquitas, Leão, Paz, Fonseca, Maia, Uchôa,

Pinto, Rego, Bravo, Barros e Sanches, afora, naturalmente, os originados de plantas e animais, talvez por terem se mesclado com gente de estirpe judaica.

Abreu, para uns seria corruptela de hebreu, Brito lembraria *Brit*. Barros seria Barosh e Fonseca, Fungeca (sic), e Santos seria Shem-tob.

A família Albernoz indicaria sua origem judaica, ao colocar no seu brasão, sete ramos de carrapateira que nada mais seria que os braços da *menorá*.

Enfim, como a maioria dos portugueses que colonizaram nosso país era de origem cristã-nova, acreditamos com muita probabilidade de acerto que sobrenomes como os destacados acima, são indicativos de ascendência semita, principalmente aqueles mais freqüentes nas citadas listagens como Antunes, Fernandes, Gomes, Henriques, Lopes, Mendes, Nunes e Rodrigues.

5. OS DESCENDENTES

De forma simplista, pode-se afirmar que toda a população nordestina e talvez brasileira descende deste “stock” genético. Mais interessante é, porém, responder a essa indagação, vasculhando as árvores de família e ver quem são hoje, após a intensa mistura

ocorrida, os descendentes daqueles discriminados. Excetuando-se alguns casos de retorno ao judaísmo, no geral, por volta do séc. XVIII, já são cristãos em toda a extensão do termo.

Sua história é a história do Brasil. História das famílias que para cá vieram no início da colonização. A nova terra a muitos enriqueceu e nobilitou. Vencendo preconceitos, foram se mesclando, até que se fez a raça brasileira.

5.1. DESCENDENTES DE SANTO FIDALGO

Santo Fidalgo, um dos judeus batizados em pé em 1497, foi casado com Ouro, que no momento de sua conversão ainda era judia. Viveu em Barcelos, no Minho. Convertido adotou o nome cristão de Diogo Pires. Dois de seus descendentes fixaram-se em Pernambuco: Duarte de Sá e Melquior Maia, filhos da cristã-nova Isabel Dias de Sá, neta de Santo Fidalgo, e de Antônio da Maia, que se tem por cristão-velho, apesar do nome e do cargo de tabelião que exercia em Barcelos. Trataremos de alguns descendentes de Duarte, que em Pernambuco casou com Joana Tavares, também da etnia, pois era neta de Beatriz Lopes, cristã-nova (Mello,1989).

A primeira ramificação desta árvore encontramos nos numerosíssimos Almeidas que se expandem principalmente na Paraíba e em Pernambuco, com penetrações pelo Rio Grande do Norte e Ceará. Em parte estudada por Sebastião de Azevedo Bastos, são na

realidade Almeida e Albuquerque. O tronco distante foi o mascate Joaquim de Almeida e sua esposa Luiza Catanha, cristãos-velhos, chegados a Pernambuco em final do século XVII ((Mello,1989).). Um neto de Joaquim, de nome Francisco Antônio de Almeida casou com Josefa Francisca de Melo e Albuquerque, e daqui vem a família referida dos Almeida e Albuquerque. Esse casamento trouxe problemas para Francisco, pois quando procurou habilitar-se a familiar do Santo Ofício, veio à tona a linhagem hebréia de sua esposa, pois era esta, tetraneta do cristão-novo Duarte de Sá. Também devido a mesma contaminação, sofreram vexame os Paes Barretos, conforme se lê no livro “O Nome e o Sangue” de Evaldo Cabral de Mello(1989). e como adiante mencionamos, nos ascendentes dos Gomes de Sá, paraibanos e cearenses.

A linhagem dos Almeidas na Paraíba, tem se destacado em vários ramos de atividade, contando entre seus membros José Américo de Almeida, que foi político e membro da Academia Brasileira de Letras, com vários livros publicados, com destaque para “A Paraíba e seus Problemas”. Os Dutras da cidade de Patu, RN, são descendência destes Almeida e Albuquerque, pois o tronco foi Francisco Dutra de Almeida, natural de Brejo do Cruz, na Paraíba (Hemetério filho,s.d.).

Agora vem os Azevedo Maia, cujo centro de irradiação foi a região do Seridó, no Rio Grande do Norte. A ligação é ainda a família Almeida. Paulo de Almeida e Albuquerque, descendentes de Francisco Antônio de Almeida e Josefa Francisca foi casado com

Maria Valcacer, neta do Capitão Francisco Camelo Valcacer, Senhor do Engenho Reis na Paraíba. Do casal vem a filha Josefa Maria Valcacer de Almeida que foi esposa de Antonio de Azevedo Maia nascido em Portugal em 1706, patriarca dos Azevedo Maia do Seridó e adjacências. Grande é a descendência deste casal (Bastos,1954). Como amostra listamos alguns ramos:

5.1.1 **Os Batistas**: Descendem estes do casamento de Maria Marcelina Dantas, neta de Antônio de Azevedo Maia, com João Batista dos Santos (1º). Os descendentes viveram principalmente em Caicó(1). É fama serem longevos, altos e com acentuada tendência à calvície. João Batista dos Santos estabeleceu-se como vaqueiro no Açu, na povoação Mutamba, que na época era uma fazenda pertencente ao Coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, tornando-se depois proprietário da mesma. Dele vêm os muitos Batistas e Evangelistas de Várzea do Açu. (Nestor Lima,1926).

5.1.2.**Os Oliveira Azevedo:** São descendentes do Patriarca Antônio de Azevedo Maia, através do seu neto e homônimo, casado com Úrsula Leite de Oliveira, irmã do Padre Cosme Leite de Oliveira, patrão de Antônio, o que lhe deu a apelido de Antônio Padre. Esses Oliveiras dizem que descendem de Bartolomeu de Oliveira Ledo (Medeiros e Medeiros,1989).

5.1.3 **Cunha**: Os dessa família que se desenvolveram no Seridó e em Pilões, vem do cruzamento de Joana Maria do Carmo Dantas de Azevedo, neta do patriarca, com Manuel José da Cunha.Tanto os Dantas de Góes como os Dantas Correias, do Seridó, são ainda descendentes dos cristãos-novos de Barcelos, Francisco Fernandes e Clara Afonso.

5.1.4. **Cunha Souto Maior do Ceará**: segundo Pinheiro Távora (104), um dos ramos da família Cunha, do Ceará, origina-se com o pernambucano Manuel da Cunha Souto Maior, estabelecido em 1706 no lugar Xique-xique na margem esquerda do Jaguaribe e que seria descendente de João da Cunha Souto Maior, governador de Pernambuco em 1689. Este por sua vez era neto de Gracia de Faria, senhora da Quinta de Belinho, bisneto de Santo Fidalgo por sua filha Gracia Dias. Na continuação, os descendentes de Manuel misturam-se com Tavoras, Paes Botão, Peixotos e Negreiros.

5.1.5 **Pequenos de Azevedo**: Ou Azevedo Pequeno, são citados por Roberto Piragibe da Fonseca no seu trabalho sobre Deodoro da Fonseca, quando analisa a possível ascendência judaica dos Fonsecas de Alagoas: "... avolumada a incidência (de caracteres judaicos) pela contribuição paterna, isto é, pelo Dr. Gervásio Saraiva - marido de Emília Fonseca de Mendonça – de estreita vinculações com os Pequenos de Azevedos, entre outros nordestinos de sabida origem

semita"(53). Originam-se em Salviano Lúcio de Azevedo Maia, casado com Dina Eulália Pequeno. Salviano era bisneto de Antônio de Azevedo Maia.

Ainda na linhagem dos Sá pernambucanos, descendentes de Duarte de Sá, vem o Patriarca João Gomes de Sá, que na primeira metade do séc. XVIII, chegou a região do Rio do Peixe, Pb., como foreiro da casa da torre. Era parente próximo do morgado do cabo, João Paes Barreto (20), o que faz pensar que o sobrenome Sá venha do casamento de Cristovão Paes Barreto (filho de João Paes) com D. Brites de Albuquerque, filha de Catarina de Melo e Albuquerque e de Antônio de Sá Maia, filho daquele Duarte de Sá já anteriormente mencionado). Nos netos desse João Gomes de Sá, surgem os sobrenomes, Paes Barreto, Correia de Sá, Barreto de Sá e Xavier de Sá e Albuquerque, que confirmam a ligação genealógica com os Paes Barretos pernambucanos. Um filho homônimo de João Gomes de Sá, de Sousa na Paraíba, foi casado com sua parenta Isabel Maria de Sá, natural do Cabo. Os Sá e Benevides de Mombaça, Ce, também aqui se originam.

Também os Souza Uchoa do Ceará, inserem-se nesta árvore, pois os troncos de onde surgem foram os irmãos Inácio de Souza Uchoa e José Bernardo Uchoa que se casaram respectivamente com as irmãs Clara Cavalcante e Mariana Cavalcante de Sá e Albuquerque, vindo destes casais, os Uchoas e Moreira de Sousa, de Canindé e Riacho do Sangue.

Dos cripto-judeus arrebanhados pela Inquisição na Paraíba para os Auto-de-Fé de Lisboa, uma pertencia a essa família, trata-se de Felícia Uchoa de Gusmão, 48 anos de idade naquele ano de 1730, tia de José e Inácio, esposa de Luís da Fonseca Rego. Foi condenada a cárcere e hábito perpétuo.

José da Fonseca Rego, filho de Felícia, embrenhou-se pelo Ceará, e não foi o único, fugindo à fúria inquisitorial. Barros Leal (1975), rastreou a passagem de alguns desses Fonsecas Rego por Aquiraz, onde se relacionam com Coutinhos, Bezerras de Menezes e Britos, todos supostamente pertencentes à estirpe.

5.2. A FAMÍLIA FILGUEIRA

Este sobrenome possivelmente é de origem toponímica, existindo em Portugal o Conselho de Felgueiras no Distrito do Porto, e mais três Freguesias com a mesma denominação, nos Conselhos de Fafe, Resende e Torre de Moncorvo. Também na Espanha existem localidades com essa denominação ou assemelhada. Dentre estas freguesias, a de Moncorvo era tida como “terra de famílias judaicas e de apicultores”. De qualquer dessas localidades pode ter surgido famílias que, como era comum, principalmente entre os cristãos novos, tenham adotado o topônimo como sobrenome, embora este nunca seja precedido de preposição.

O sobrenome assume a forma de Falgueira, Felgueira, Filgueira, Folgueira e mesmo Fulgueira, com ou sem “s” final. Não se está longe da verdade supor que sua origem esteja na antiga família judaica toledana Falaquera, que poderia ter se modificado em Felaquera > Felquera > Felguera e finalmente Felgueira em Portugal. Sobre isso, veja-se que em 2004 o recenseamento português alterou a designação da freguesia de Falaguiera para Falgueira.

A mais antiga citação de membros dessa família no Brasil encontra-se nas Denunciações e Confissões de Pernambuco, quando da primeira visitação do Santo Ofício às partes de Brasil. Baltazar André, cristão velho, confessa em 15 de novembro de 1594, juntamente com os seus companheiros da embarcação em que era mestre, que foram aprisionados pelos luteranos e obrigados a acompanhar as suas rezas como se luteranos fossem. Dentre os companheiros ia o marinheiro Domingos Filgueira, natural de Viana, sem menção de sua etnia, e que para lá já era retornado.

Também na visitação de Pernambuco, foi condenado Pero Lopes, por blasfêmia. Além de pagar 30 cruzados para as despesas do Santo Ofício, foi ao auto de fé de Lisboa, “com a cabeça descoberta, com vela acesa na mão”. Era filho de Diogo Lopes e de Catarina Filgueira, naturais de Vila de Caminha, da mesma Viana do Castelo. (Siqueira,1975)

Em 1618, encontra-se no Brasil o cristão-novo Manoel Folgueira Valadares também de Viana, onde era numerosa a família Filgueira

Valadares, quase todos descendentes dos Mata-sete, cristãos-novos. Manoel foi comerciante na Bahia, onde recebeu procuração de Estevão Cardoso, estante em Amsterdã, para cobrar 279$050 de Simão Nunes de Mattos, na Bahia. Desses Filgueira Valadares era Gaspar Carneiro Filgueira que em 1625 foi processado pela inquisição.

Dentre os judeus de origem portuguesa, estabelecidos em Amsterdã, anotamos o nome de Lourença Filgueira, que depois de fixou no Brasil, onde faleceu. Devia ao congênere Miguel Lopes Homem, o qual passou procuração em 1616, a Gaspar Lopes Henrique e Antônio Rodrigues de Feijó, para receber a dívida dos herdeiros de Lourença (Wolff e Wolff, 1987).

Deste ramo estabelecido em Amsterdã deve ser a procedência do Alferes Thomas Filgueira Bultão, holandês, que juntamente com Rodrigo Sanches Carrasco mantêm de 1652 a 1654, o controle do tráfico escravagista de Angola. Thomas tinha no Rio de Janeiro dentre os seus sócios, o cristão-novo Manoel Fernandes Franco. Salvador (1981) mais do que provou que esses grandes contratadores eram judeus ou cristão-novos, como por exemplo Manoel Dias Filgueira, opulento, orgulhoso e único detentor do estanco do sal no Brasil, que foi o pivô da chamada sublevação do Maneta, na Bahia em 1711.

Em 1706 registra-se a concessão de sesmaria, no Jaguaribe-CE, a esse Capitão Manoel Dias Filgueira que parece não tomou posse da terra concedida. Em 1715, arrendou o fornecimento de escravos de

Angola pelo período de seis anos, deduzindo-se daí que possuía navios e tripulação. Sobre esse diz Gregório de Matos, ironizando a nobreza de alguns baianos da época:

Quando hábito se traz
co dinheiro poderoso,
torne outra vez Barroso,
e venha o Doutor Gilvaz:
também nesta conta jaz
Fuão Maciel Teixeira,
Manuel Dias Filgueira,
o Marruás do sertão,
e o Lobato patifão
marido da confeiteira

Registre-se ainda Jose Monteiro Filgueiras, morador em Pernambuco, filho de João Ribeiro, casado com D. Teodósia de Mendonça, com fama de x.n. por parte do avó materno Tome Roiz da Câmara.

Jose foi Cap. do Terço de Infantaria dos moços volantes da jurisdição do Cabo, Muribeca e Ipojuca (1708), procurador da Câmara do Recife em 1713, e arrematante do contrato dos dízimos dos vinhos por seis anos em 1718.

A família Gonçalves Filgueira, estabelecida em Minas Gerais, também guarda a tradição de que todos os dessa família no Brasil, seriam descendentes de cristãos-novos que teriam se estabelecido na Bahia e em Minas Gerais.

Dos que efetivamente povoaram nossa região, consigo separar dois troncos principais: o português José Quesado Filgueiras Lima e o clã aparentado a D. Joana Filgueira de Jesus, mais antigo, cujo tronco não foi possível encontrar. Quanto a José Quesado, é considerado cristão-novo, em alguns sites e na wikpedia encontramos a seguinte informação sobre seu filho José Pereira Filgueiras: "considerado pela população local um bruxo cruel, provavelmente por algum costume criptojudeu ou templário, já que sua família em Portugal associou-se pelo casamento a burguesia Cristã-Nova e deteve títulos da Ordem de Cristo, criada dos espólios da Ordem do Templo após a extinção desta, o que me leva a considerar que o degredo do seu pai se deu por problemas com o judaísmo.

José Quesado Filgueiras Lima, chegou ao Cariri cearense em meados do séc. XVIII, já casado com a baiana Maria Pereira de Castro (70). Foram os pais de: José Pereira Filgueiras, famoso caudilho cearense casado a 25 de agosto de 1803 com Maria de Castro Caldas; Leocádia Pereira de Castro casada com Manuel Cardoso Viana; Romão Pereira Filgueiras casado com Joana Martins do Espírito Santo, tronco dos Filgueiras Sampaio do Ceará e Pernambuco (Salgueiro, Serrita, etc); Francisca Pereira Filgueiras casada com

Inácio dos Santos de Oliveira Brito, tronco dos Oliveira Santos e da família Lucena (Chicote) do Cariri cearense, e Clemência Pereira de castro casada com José de Araújo Soares. Romão Pereira Filgueiras casou outra vez e teve o filho Alexandre Pereira Filgueiras que casou com uma neta de João Soares Filgueira e da cristã-nova Joana Nunes da Fonseca citados mais adiante, o que pode indicar algum parentesco entre esses ramos familiares.

Olavo Medeiros Filho (1891) registra a tradição da origem judaica da família. Os descendentes estão dispersos pela Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

No Ceará, mais precisamente em Baturité, situou-se o padre Manuel Luiz de França irmão de D. Joana Filgueira de Jesus que em 1745 encontrava-se casada com Manuel Carneiro de Freitas, morando na Serra de Martins. São estes, ascendentes de milhares de norte-rio-grandenses, e originam as famílias Soares Filgueira, Lira e Brito Guerra, com epicentro na Zona Oeste do Estado.

João Soares Filgueira, irmão de Joana, teve uma filha que recebeu o nome de Florência Nunes da Fonseca, sem dúvida em homenagem a aquela, de igual nome, que foi penitenciada pela Inquisição em 1732. A ligação seria, segundo ainda Olavo Medeiros (1891), Joana, esposa de João Soares, filha de Antonio da Fonseca Rego nascido este em 1682, preso em 22.11.1729 acusado de praticas judaicas e feitiçaria. A esposa de Antonio e mãe de Joana, chamava-se Maria de Valença e foi ré no processo de nº1.530, Auto de Fé de 1731, condenada a

cárcere e hábito perpétuo. Por esse ramo chega-se aos Pimentas e à família Rosado Maia do ilustre historiador Vingt-un Rosado. É difícil imaginar que João Soares Filgueira fosse cristão-velho pois casar com uma filha de penitenciados, significava atrair a atenção do tribunal da inquisição sobre toda a família, ainda mais homenageando nos filhos, os parentes condenados.

José Daniel de Lira (18), cujos descendentes se estabeleceram em Pilões-PB, deve ser também da família de Joana Filgueira de Jesus, pois seu filho Manuel da Anunciação e Lira é tido como primo de sua esposa Ana Filgueira de Jesus, filha de Joana.(Bastos,1954)

Por três vezes cruzam esses Filgueiras com os descendentes dos Nogueira de Lucena. Primeiro foi Barbara Maria, filha de Florencia Filgueira de Meneses que em 1789 casou com Antonio de Gois Nogueira neto do patriarca Manuel Nogueira de Lucena. Segunda vez foi Francisco Filgueira de Melo que vem de Iguatu-CE, e em Mossoró casa-se por duas vezes com netas do mesmo patriarca.Outra vez ainda com o casamento de José de Gois Nogueira, neto daqueles Antonio e Barbara, com Eduvirgens Maria da Conceição, filha de Gonçalo Filgueira de Menezes e de Balbina Nunes Pereira, constituindo o tronco da família Gois, de Caraúbas, ramo dos chamados Gois do Olho d'água da Garrafa, descendentes por Antonio de Gois Nogueira, da filha primogênita do alferes Manuel Nogueira de Lucena, Ana de Góis, nascida em 1732 e casada com Manoel Carvalho de

Lucena.Desse ramo dos Góis descende o historiador Raimundo Soares de Brito.

Temos informações de que o núcleo familiar, com esse sobrenome (Filgueira), existente na cidade de Açu-RN e adjacências, considera-se originado dos hebreus, referindo-se inclusive a depoimento oral do saudoso professor Câmara Cascudo em apoio a essa tradição. Um membro dessa família açuense, o Agrônomo Renato Soares Filgueira, acrescenta que um seu avoengo mantinha comportamento tipicamente cristão-novo, recusando-se a freqüentar ou se ajoelhar na Igreja Católica, e não permitia o casamento dos filhos fora do núcleo familiar, além de possuir uma Bíblia, fato que para a época é bastante significativo e revelador.

Em Mossoró, onde é grande o número dos que usam este sobrenome, o saudoso Trajano de Miranda Filgueira, membro respeitado dessa estirpe e sempre interessado nos assuntos a ela referentes, confirma a ascendência judaica, afirmando que os mais antigos sabiam dessa origem.

Como se pode ver, não é essa família ligada genealogicamente à velha nobreza Ibérica, embora algum descendente tenha se nobilitado, sendo mais certo que se liguem ao vetusto tronco bíblico estabelecido em Portugal e Espanha, em tempo que ainda não foi possível datar. Ao tratar de alguns dos ramos de sua própria família, Felgueiras Gaio(1989) diz serem “bons Filgueiras”, como tivesse conhecimento de algum ramo que não o fosse (50). Em 1931, Arthur Antonio

Felgueiras retornou ao judaísmo em Portugal, recebendo o nome de Abraham e mais modernamente, temos o retorno de outros dessa família nos EUA. Yonatan Benayon em seu poema "The Return of the Bene Anussim" (O Retorno dos filhos dos Forçados) diz (veja-se em http://www.weareanusim.com/judeo-spanish-culture.html):

"The Silva, the Rocha, the Carvajal and the Perez,
The Filgueiras, the Breto, The Gascon, and the Vasquez
All came out and rejoiced in glory
Hidding no more, hidding no more…"

5.3 DESCENDENTES DE BRANCA DIAS

Diogo Fernandes e Branca Dias, cristãos-novos, chegaram a Pernambuco no início da colonização da capitania, e ao contrário do que afirma Borges da Fonseca, deixaram grande descendência, hoje espalhada por todo o país. Deixando de lado as várias lendas divulgadas em torno de seu nome, com certeza se pode dizer que Branca Dias foi a primeira educadora do Brasil. Veio na condição de perseguida pela inquisição que já a havia prendido por um ano e três meses em Lisboa. No depoimento de sua filha Andressa Jorge, ela é referida como Branca Dias Coronel (Mendonça,1929) o que a faria descender de um dos ramos da importante família Senior Coronel, que

pode ter se originado em D. Abraham Sênior, que sob a pressão de D. Manuel, converteu-se em 1492, adotando o nome de Fernan Nunes Coronel.

Nada menos que treze denúncias foram feitas contra o referido casal e suas filhas. Algumas das denúncias eram que limpavam e lavavam a casa todas as sextas-feiras e não trabalhavam no sábado. Nesse dia vestiam seus melhores trajes. Na igreja, ao serem recitadas as palavras "alevantarão ao Senhor na hóstia consagrada", Branca Dias dizia: "há cães acorrentados".

Em 1593, quando da visitação do Santo Ofício em Pernambuco, o casal já era falecido. Penitenciou-se, então, uma filha aleijada do referido casal, Beatriz Fernandes, que foi sentenciada a prisão perpétua.

Branca teve várias filhas e de uma delas, Inês Fernandes, nasceu Maria de Paiva, que se consorciou com Agostinho de Holanda Vasconcelos filho de Arnaud de Holanda e de Brites Mendes Vasconcelos. Desse enlace, os descendentes são numerosos como grão de areia no deserto. Vejamos alguns desses esgalhamentos:

5.3.1 **Família Lopes Galvão do Rio Grande do Norte**

No ano de 1755, adquiria sesmaria no Seridó, o Coronel Cipriano Lopes Galvão, filho de Cipriano Lopes Pimentel e Tereza da Silva (Bezerra,1980), fundando a família desse nome, que se espalhou

principalmente pelos municípios de Currais Novos e Acari, no Rio Grande do Norte.

Sua larga descendência vem do seu casamento com Adriana de Holanda Vasconcelos, tetraneta da judaizante Maria de Paiva e Agostinho de Holanda Vasconcelos.

De acordo com Câmara Cascudo, citado por Medeiros Filho (1981), a região onde hoje se encontra a cidade de Cerro Corá-RN pertenceu a Adriana, que fez doação da Serra para a Senhora Santana. Enviuvando, casou Adriana ainda por duas vezes, a primeira com Félix Gomes, fazendeiro rico da região e por morte desse, com o Cel. Antonio da Silva e Souza natural da freguesia do santo Tirso, do Bispado do Porto, Portugal.

José Augusto (1980) menciona que o primogênito do casal, o Capitão-Mór Cipriano Lopes Galpão erigiu uma capela dedicada a N. S. Santana na sua fazenda Currais Novos, tendo dessa maneira fundado a atual cidade do mesmo nome.

Casou-se o Cap. Mór Galvão com D. Vicência Lins de Vasconcelos nascendo desse consórcio 14 filhos. Um dos filhos desse casal de mesmo nome do pai, era casado com uma Bezerra de Menezes natural do Ceará, D. Tereza Maria José, filha de José Bezerra de Menezes. Esse é o tronco de todos os Bezerras do Seridó.

Ilustre descendente dessa estirpe foi o ex-governador do estado do Rio Grande do Norte, Dr. José Augusto, tetraneto de Adriana de

Holanda Vasconcelos e oitavo neto da cristã-nova Maria de Paiva que escreveu trabalho sobre esta descendência.

5.3.2 **Figueiredo Barbalho**

Maria de Paiva teve um filho com o mesmo nome do pai, Agostinho de Holanda, que foi casado com Antonia da Fonseca, irmã de um Jácome Coronel, judeu que freqüentava a sinagoga do recife (Mello,1989). Uma neta deste casal de nome Antonia de Figueiredo casou com Luiz Barbalho Vasconcelos de onde vem o ramo Figueiredo Barbalho que de Pernambuco veio se estabelecer no Ceará, através de Gaspar de Souza Barbalho e seu irmão Gregório de Figueiredo Barbalho. O primeiro ligou-se à família Monte, casando-se com Vitória Leonor de Montes e constituem o ramo desta família onde virão se agregar, os Vieiras portugueses, como mencionamos em outra parte deste trabalho.

5.3.3 **Os Vilela Cid**

Liga-se também, este ramo familiar norte-riograndense, à frondosa árvore genealógica que floresceu a partir de Agostinho de Holanda Vasconcelos e da cristã-nova Maria de Paiva.

A origem desta família foi Antonio Vilela Cid, lisboeta que no reinado de Felipe III radicou-se no Rio Grande do Norte. Foi casado, como noticia Hélio Galvão (1979), com Inês Duarte, açoriana, irmã do Padre Ambrósio Francisco Ferro, vigário de Natal. No massacre de Uruaçu, cometido por ordem de João Bulestraten, membro do Supremo Conselho Holandês, em 3 de outubro de 1645 (Nestor Lima, 1941), Antonio e sua parentela foram sacrificados, escapando apenas um filho, Pedro Vilela Cid, por se encontrar na Paraíba nesse dia fatídico. Por ele se continua a família. Antonio foi casado com Joana de Góis, bisneta de Agostinho de Holanda Vasconcelos e Maria de Paiva. Foram pais de:

F1 Antonio Vilela Cid

F2 João Feio de Freitas c.c. Ana Gomes Ferraz

F3 Pedro Vilela Cid, morador em Olinda c.c. Maria de Barros.

F4 Manoel de Freitas Vasconcelos

F5 Joana de Gois c.c.Cap. Manuel Ribeiro

F6 Inês de Vasconcelos c.c Manoel Alves de Carvalho

F7 Maria de Freitas Vasconcelos c.c Gaspar Gomes Ferraz

F8 Antonia Vilela Cid

Foram, pois, a partir destes que se perpetuaram "*em sucessivas gerações, admiravelmente fieis ao tronco de que procedem, inclusive na conservação de alguns nomes que se tornaram comuns na gens*". (Galvão,1979)

Por outro lado, o sobrenome de Ferro, pertencente à parentela da açoriana Dona Inês Duarte, merece reflexão, pois são muitos os cristãos-novos com este apelido. Paulo Valadares (1989) cita alguns desta estirpe, do termo de Alvito, distrito de Beja e diz: “com esse apelido saíram destes lugares, inúmeros indivíduos para autos-de-fé na cidade de Évora e todos pelo crime de judaismo. Pertenceu à família o afamado girondino Abraão Furtado Ferro”.

Também os Feitosas dos Inhamuns são Ferros. Reproduzimos aqui o trecho em que Nertan Macedo (1980) descreve a raiz pernambucana dessa família:

> *“no engenho Currais de Serinhaem, em Pernambuco, residia uma família de Feitosas que supõe haver-se gravemente comprometido no levante dos mascates do Recife”.*

E mais adiante completa*:*

> *“Lourenço Alves Feitosa, o seu chefe, tomara o título de Alferes Comissário. Era casado na família, dos Gondins de Goiana, estrelaçados com os descendentes de André Vidal de Negreiros e com uns Ferreira Ferros moradores de Penedo.Lourenço Alves Feitosa, deixou sua família em Pernambuco e veio em companhia de três irmãos, Francisco Alves Feitosa, o Cel. Pedro Alves*

Feitosa e Manuel Ferreira Ferro. Daí vem os Feitosas cearenses, o famoso clã dos Inhamuns".

É interessante registrar que o brasileiro Andrelino Alves Feitosa, em 1981 foi para Israel, dando-se a conhecer como judeu no Kibutz Mishmar Hasharon, quando então, foi encontrada ligação entre essa família e os Fitousie, de origem judaico-francesa que por lá chegaram vindos da França e Marrocos (1989), Andrelino agora se chama Immanuel André Benroman Fitoussi.

5.3.4 **As Sete Irmãs**

Inês de Vasconcelos, da linhagem de Maria de Paiva e Agostinho de Holanda Vasconcelos (Borges da Fonseca,1992) esposa de Francisco Vaz Carrasco, foi o tronco de inumerável descendência na Ribeira do Acarau no Norte do Estado do Ceará, através do seu filho Manoel Vaz Carrasco. Nascido em 1673, Manuel emigrou para o Ceará, fixando-se na Fazenda Lagoa Seca. Foi o pai das célebres *Sete Irmãs*, cuja importância genealógica é destacada por F. Sadoc de Araújo no seu trabalho "Cronologia Sobralense" (Araujo,1974), e por João Mendes Lira(1971) em "De Caiçara a Sobral".

Do primeiro casamento com Luiza de Sousa nasceram duas das sete irmãs:

1. Maria de Goes Vasconcelos (1ª das sete irmãs) c.c Nicacio Aguiar de Oliveira, tronco dos Oliveiras da região de Sobral.

2. Sebastiana de Vasconcelos (2ª das sete irmãs) c.c João de Soledade, também chamado João Dias Ximenes de Galegos. Os dois filhos deste casal, Manoel Ximenes de Aragão e Tomé Ximenes de Aragão são os troncos dos Ximenes de Aragão no Ceará.

Casou-se Manoel segunda vez, com Maria Madalena de Sá e Oliveira, viúva de Francisco Bezerra de Menezes. Desse matrimônio nasceram as restantes cinco irmãs:

3. Maria Magdalena de Sá Oliveira c.c Francisco Ferreira da Ponte, "Coronel do Regimento da Cavalaria desta Ribeira". Desse casal procedem aos Ferreira da Ponte.

4. Inês Madeira de Vasconcelos c.c Antonio Alves Linhares. "Os Linhares, de troncos reais, provem deste casal".

5. Rosa de Sá Oliveira: "foi casada com seu parente Cap. Mor José Xarez Furna Uchoa, autor da família Holanda Cavalcanti e da qual descendem muitas outras famílias."

6. Ana Maria de Vasconcelos "c.c Miguel do Prado Leão. A família Prado não só de Sobral como de Granja, descende deste casal".

7. Brites de Vasconcelos c.c José de Araújo Costa, sogro do português de Lamego, Inácio Gomes Parente, tronco da família Parente.

Além das sete irmãs, teve ainda Manoel, dos dois casamentos os seguintes filhos:

1. Manoel Vaz da Silva, nascido em 1713 que foi casado por duas vezes. A primeira vez com Maria Bezerra Montenegro e depois com uma sobrinha do padre Gonçalo, senhor do Engenho de Mussupy.

2. Nicácio de Aguiar Oliveira c.c. Micaela de Sá Oliveira, filha de Tomaz da Silva Porto e de Nicácia Alves Porto. Deste casamento vem a família Porto de Granja.

3. Sebastiana de Sá e Oliveira, batizada em 6 de julho de 1731 e que por não ter casado, não é habitualmente contada entre as Sete Irmãs.

José de Araújo Costa, esposo da sétima irmã, tinha os irmãos Pedro e Manoel de Araújo Costa. Segundo Nicodemos Araújo (1978) teriam deixado sua terra natal, Santa Lucrécia de Barcelos, Arcebispado de Braga, no início do Séc. XVIII, provavelmente para tentar fortuna na colônia rica das minas Gerais. Por essa época é que chegam a Portugal, notícias sobre as riquezas brasileiras, ocasionando verdadeira corrida ao ouro das Gerais. Izecksohn (s.d.) considera que mais de oitocentos mil habitantes de Portugal vieram enriquecer na província mais rica do nosso país. Supõe que fossem na maioria cristãos-novos, principalmente das regiões do Minho, de Tras-os-Montes e das beiras, deixando estas praticamente, despovoadas.

Um dos filhos de José e Brites, de nome Diogo Lopes de Araújo Costa, não casou, mas de sete mulheres, teve trinta e cinco filhos,

segundo reza a tradição, sendo apenas 16 reconhecidos. Foi figura de destaque na região, como médico dos mais afamados. São muitas as histórias a seu respeito. Conta-se que nas consultas não podia ver o doente, apenas verificava-lhe o pulso, diagnosticando sem erro a doença. Sua fama de médico corria por toda a região do norte cearense e estados vizinhos. Foi o patriarca da família Lopes de Araújo daquele rincão. Segundo seu biógrafo, Nicodemos Araújo, em 1978, só de um de seus filhos, Vicente Lopes Araújo contava já 3.523 descendentes. Dessa descendência vem o judeu retornado Dr. Candido Pinheiro, autor de um estudo genealógico onde estabelece a ligação de sua gens com Branca Dias, dentre outros cristãos-novos.

5.3.6 **Descendentes de Branca Dias na Paraíba**

Na genealogia dos Gomes da Silveira, na Paraíba, aparece um Antonio Barbalho Pinto, sobre quem pouca coisa se conhece, senão que fora casado com Ana da Silveira, única filha de Pedro Alves da Silveira e de sua mulher Maria Gomes Bezerra e que fundara o engenho de Tibiri e depois o de Camaratuba.

Zilmar Ferreira Pinto(1994), estudando a descendência de Branca Dias, conduz a possibilidade de que aquele Antonio Barbalho Pinto seja na verdade filho de Violante Fernandes e de Antonio Barbalho e assim neto de Branca Dias.

O ponto principal deste raciocínio está na declaração de Maria Gomes, no processo de Beatriz de Sousa, neta de Branca Dias, quando diz que “tinha uma neta casada com um filho de Antonio Barbalho e de Violante Fernandes...” (Mello, 1989)

Para nós, Zilmar Ferreira Pinto está na direção certa, pois não há registro dentre os netos de Pedro Alves da Silveira e de Maria Gomes Bezerra, de nenhum que se tenha casado com netas da famosa Branca Dias, devendo tal casamento ter ocorrido mesmo na primeira geração destes Silveiras, cuja obscura origem temeu o filho Duarte Gomes da Silveira, ser vasculhada, quando estabeleceu o morgadio na Paraíba (Borges da Fonseca, 1993).

Não se haverá de estranhar, ter o autor da Nobiliarquia, se equivocado de forma proposital, quanto à origem semita de Antonio Barbalho Pinto, pois foi este mesmo Borges da Fonseca que disse, nunca ter havido sucessão de Branca Dias, em Pernambuco.

Catarina Barbalho, neta de Antonio, foi casada com Francisco Ribeiro Bessa, ascendentes do Pe. José Vital Bessa. Sua irmã, Ana da Silveira que repete o nome da avó, casou com o alferes Antonio de Sá Serrão e daqui vem a família Pereira de Sá Serrão, estabelecida na Paraíba e em estados vizinhos. Uma filha de Antonio Barbalho Pinto, de nome Vitória Gomes Barbalho, foi mulher de Matias da Costa Vasconcelos Marrecos que “foi capitão de ordenança da freguesia de Maranguape e viviam em 1665...”. Desse casamento, vem a família de Isabel de Vasconcelos que casou com João Soares de Avelar e foram

pais de João Soares de Vasconcelos, esposo de Faustina Pereira da Cunha, filha do açoriano Cap. Manoel Pereira Bulcão tronco desta família na Paraíba e Rio Grande do Norte (Bastos,1954). O ramo que deriva de Cosme Soares Bulcão, filho de João e Faustina, será o tronco dos Soares Balcão cearenses talvez ascendentes da atriz Florinda Bulcão.

Isabel Gomes da Silveira, que Sebastião de Azevedo Bastos (1954) diz descender dos mesmos Antonio e Ana da Silveira, foi casada com o português da cidade do Porto, Pedro Soares de Azevedo, ascendentes estes de Maria Cardoso Moreno, esposa de Antonio Dias da Costa, proprietário em Goana e no Jaguaribe, tronco de muitos Costas de Goiana, Mamanguape, Serra da Raiz, Areia, Alagoa Nova, Pocinhos, Cuité e Picui.

Esse Antonio Dias da Costa, diz-se que seja parente próximo dos patriarcas João Crisóstomo Pereira da Costa e Manoel Vieira da Costa, este último, pai de Antonio Paes de Bulhões casado com Ana Pereira de Araújo, cuja descendência seridoense, guardou até hoje a memória de sua origem judaica, que talvez seja a mesma dos outros dois citados (Medeiros filho,1981).

5.4 OS MONTES

De enorme influência na formação inicial da gente cearense, foi a família Monte. Famosa pelas lutas cruentas sustentadas com os

Feitosas, no sertão médio-jaguaribano, espalhou o seu sangue por muitas famílias da terra alencarina, no jaguaribe e também no Vale do Acaraú. Em trabalho de Girão (1965), anotamos algumas informações sobre essa família e suas ramificações.

São formadores dessa “gens” no Nordeste, cinco irmãos de origem espanhola, órfãos, fugidos da inquisição, que já havia penitenciado seus pais nas fogueiras dos autos de fé.

Segundo informações prestadas por Helvécio Monte a Girão, os irmãos Monte aportando no baixo S. Francisco, três deles, um homem e duas mulheres nortearam-se para Pernambuco onde fixaram residência. Os outros dois, Isabel Monte e Geraldo Monte posteriormente vieram para o Ceará onde constituíram família.

Dentre outros troncos familiares, podemos citar como tendo surgido dos Montes, os seguintes:

1. Ferreira da Costa: descendem do Cap. José Ferreira da Costa, casado com sua prima Maria Quiteria. Ele era filho do Cap. Mor Manuel José do Monte. Dez filhos surgiram desse consórcio, oito deles com sobrenome Ferreira da Costa.
2. Rodrigues Machado: através de Luzia Maria Pessoa, trineta de Vitória Leonor de Montes, casada com o Cap. Mor Manuel Antônio Rodrigues Machado.

3. Pimenta de Aguiar e Gomes Pimenta: através de Vicença Gomes Barreto, bisneta de Vitoria Leonor de Montes e casada com o Sargento-Mor José Pimenta de Aguiar.
4. Correia Vieira: do sétimo filho de Vitoria Leonor montes, Ponciana de Souza Barbalho casada com Pascoal Correia Vieira descendem as Correias Vieiras que juntamente com os Rodrigues Machado, seus parentes, foram os primeiros criadores de gado dos sertões de Quixeramobim.
5. Castelo Branco (do Ceará): Emerenciana Correia, de Quixeramobim, neta de vitória Leonor de Montes e o Cap. Mor Matias Pereira Castelo Branco, são o tronco, segundo Girão (1965), dos Castelo Branco cearenses, de onde provém também os Nobres, através do casamento de Mariana de Almeida Castelo Branco e Manuel G. Ferreira Nobre, português.
6. Girões: Maria José Pessoa da Silva, tetraneta de vitória Leonor Montes, casou com o português Antônio José Girão vindo a constituir a família Girão, do Ceará.

Os que possuem o sobrenome Monte atualmente, descendem do primeiro casamento do Cap. Mor Manuel José do Monte através de seu neto e homônimo. Dessa linhagem vem a cantora Marisa Monte (Valadares, informação pessoal).

Também os Figueira de Melo levam gens dos Montes pelo casamento do Cap. Jerônimo José Figueira de Melo com Maria do

Livramento Vasconcelos, filha do tenente-coronel Manoel Ferreira da Costa, por sua vez filho do primeiro casamento do Cap. Mor Manuel José do Monte.

5.5 OS BEZERRA DE MENEZES

Do centro povoador de Pernambucano, vem para o Ceará, no início do século XVIII, os Bezerra de Menezes. Segundo Barros Leal (1976), o fundador da família foi Domingos Bezerra Felpa de Barbuda, nobre, filho de Antônio Martins Barbuda e D. Maria Bezerra que vieram para o Brasil na comitiva de Duarte Coelho em 1535. Tal a prolificidade da família no Ceará a ponto daquele autor afirmar que "poucos são os cearenses de tradição que não sejam consanguíneos a esse tronco familiar".

Apesar de fidalgos, logo se misturam a sangue cristão-novo quando Domingos Bezerra Felpa de Barbuda casa com Antonia Delgada, filha de Cosmo Rodrigues e Simoa da Rosa, cristã-nova, irmã de Belchior da Rosa.

Os Bezerra de Menezes vem do casamento de Simoa Bezerra (filha de Domingos e Antonia Delgada) com Bento Rodrigues da Costa, de quem nasceu entre outros Bento Rodrigues Bezerra que se consorciou com D. Petronilla Menezes.

A partir dos rebentos desse tronco, surgem, posteriormente, os Linhares, os Furtados de Mendonça, os Lopes Freire, os Xeres, os

Vasconcelos e outras famílias cearenses. Ainda de acordo com Barros Leal (1976) que estudou essa importante família, os Nogueiras, os Gurgeis, os Castro e Silva e Ferreira do Jaguaribe (Aracati e Russas), “se encontram todos nesse liame comum”.

5.6 A FAMÍLIA PEQUENO

Em conferência pronunciada durante a IX Convenção da Família Saraiva Leão em setembro de 1984, Fernando Câmara (1084), discorrendo sobre as memórias do Dr. Antonio Gervásio Alves Saraiva, menciona ter este, notícia, através de um membro da família, o padre Abel, da ascendência judaica de três irmãos portugueses que teriam originado a família Pequeno no Recife, Bahia e Ceará. Menciona ainda o referido autor que o seu tio-avô, Joaquim José Alves Pequeno, apresentava típicas características judaicas e diz “era um perfeito tipo de judeu, curvado, narigudo”.

O autor da memória é de opinião ainda que “a origem judaica não foi inventada, é verdadeira, subsistindo através das idades à fatalidade recalcada dos anos e do sangue, ainda que submetida à mais desumana perseguição... E a raça continua”.

Notável é também o fato do avô do referido autor, ter denominado de Branca Dias a um açude que existia em suas terras. A homenagem pode se referir aos já mencionados Branca Dias esposa de Diogo

Fernandes, os primeiros cristãos-novos judaizantes de que se tem notícia no Brasil (Wiznitzer, 1966).

Os PEQUENOS seriam “geniosos, brigões, violentos, destemidos.”

5.7 A FAMÍLIA FERNANDES PIMENTA

Antonio Fernandes Pimenta, português da região do Douro, da Vila de Faral, tinha, segundo a tradição, o cognome Pimenta devido a forte coloração vermelha de sua face. Mais provável que Antonio já possuísse esse sobrenome. Em Portugal, o ramo originado de Barcelos era de origem judaica enquanto que os de Guimarães, descendentes de Marçal Vasques Pimenta eram cistãos-velhos. Aqui chegou acompanhado por um irmão e um primo. O irmão teria se estabelecido na Bahia com descendência. Quanto ao primo teria se estabelecido no Ceará, também constituindo família.

Afirma a tradição, que Antonio tinha ascendência judaica (Medeiros filho,1981). Chegou casado com Joana Franklina do Amor Divino no início do século XVIII e fixou residência inicialmente na Paraíba, na cidade de Nossa Senhora das Neves, e posteriormente em Augusto Severo-RN. Sete filhos nasceram desse casamento, sendo desconhecida a descendência de Antonio originada de um segundo casamento com Maria José da Silva.

A seiva genética dos Fernandes Pimenta se espalhou por todo o rio Grande do Norte, principalmente na zona Oeste e no Seridó. A cidade de Caraúbas e adjacências foi intensamente povoada por essa família, ali se misturando com os Gurgéis dentre outras. Também em Mossoró se encontram muitos membros dessa “gens”, destacando-se os Rosados Maia pela ação política desenvolvida na região. São descendentes de João Francisco Fernandes Pimenta e de Florência Nunes da Fonseca (filha de João Soares Filgueira e de Joana Nunes da Fonseca, também da etnia). Outro membro da estirpe, Bento Praxedes Fernandes Pimenta, teve destacada atividade em Mossoró, atuando no Comercio e na Imprensa mantendo por longo tempo o órgão de publicidade, “O Comércio de Mossoró” (Nonato, s.d.).

Os historiadores Olavo de Medeiros Filho e Luiz da Câmara Cascudo também pertenciam a essa família. Originam-se ainda dessa linhagem, a família do “Sabe Muito”, da antiga freguesia do Apodi, tendo como tronco a Antonio Fernandes Pimenta, neto e homônimo do fundador da “gens”, e de Francisca Romana do Sacramento, filha de Joana Filgueira de Jesus. Antonio, riquíssimo, costumava expor ao sol, sua grande coleção de moedas, a fim de limpá-las do môfo adquirido nos baús.

Na genealogia seridoense, os Fernandes Pimenta repontam através de Cosme Damião Fernandes (também neto do primeiro, Antonio Fernandes Pimenta) e sua esposa Isabel Maria de Araújo. Desse

tronco destacaram-se o Cel. Ezequiel Fernandes, conceituado político liberal de Caicó e o Dr. Manuel José Fernandes, magistrado.

Talvez aparentado com esses Fernandes Pimenta, e da mesma etnia, fosse Matias Fernandes Ribeiro. Matias era riquíssimo e por trás do desaparecimento do seu inventário, estaria ainda o braço inquisitorial ou do governo português, fazendo com que vastas terras pertencentes à família mudasse de mãos num piscar de olhos, decorrente do fato de Matias ter explorado uma mina de ouro localizada na Serra do Cabelo Não Tem, sem o devido consentimento e acompanhamento da coroa(Calazans Fernandes, 2003). Foi um dos grandes patriarcas da Ribeira do Apodí. Sua descendência foi estudada por João Bosco Fernandes (1994), onde é feita a ilação de que seria parente dos Pimentas. A sua descendência chega a Rafael Fernandes e a judia Vilma Grossman, professora da UFRN, pelo casamento de seu pai, o judeu Arthur Grossman, com Alzira Martins Fernandes, daquela família.

5.8. A "GENS" LUCENA

Durante a dominação árabe na Península Ibérica, os judeus muito numerosos e gozando de relativa autonomia, chegaram mesmo a formar grandes cidades, habitadas somente por judeus, como Lucena,

na Andaluzia. Nesta cidade, existia uma famosa escola, que detinha a supremacia espanhola nos estudos rabínicos.

As alusões do bispo Liutpranto, confirmam o predomínio judaico, dentre os habitantes de Lucena. Em 1107, foi feita uma tentativa de converter à força essa massa semita, pertencente à comunidade mais importante e mais rica da Espanha (Roth,1963).

Sobre sua queda, assim chorou Moisés ibn Ezra, poeta judeu de Granada:

> *"Sobre sefarad descendió la calamidad*
> *y el llanto de mis ojos es por la ciudad de Lucena*
> *Hombres violentes van de acá a acuallá,*
> *Em orgia se há convertido la casa de oracion"*

Muito depois, conversos originados dessa velha comunidade, adotaram-lhe o nome como apelido. Martim de Lucena,foi, ao que parece o tronco comum, ainda antes da expulsão. Era conhecido como "O Macabeo". Um deles, o cristão-novo Vasco Fernandes de Lucena, doutor em Leis foi contemporâneo de D. João II e casou em Portugal com Violante Aboim da Silva, filha de João Lopes de Azevedo, senhor de São João del Rei e Aguiar-de-Pena, com descendentes que lhe preservaram o apelido.

Esta "gens" se estabeleceu em Pernambuco, em 1535, através de outro Vasco Fernandes de Lucena, trazido para o Brasil pelo seu

parente Duarte Coelho. Foi figura importante no povoamento da capitania, principalmente pela influência que tinha junto aos indígenas.

Seu pai, Sebastião de Lucena, era casado com Maria de Vilhena, filha de Diogo de Azevedo, 4º senhor de São João del Rei. De sua esposa Brites Correia, teve Vasco, segundo Borges da Fonseca (25), apenas dois filhos: Clara Fernandes, esposa do espanhol Cristovão Queixada, tronco dos Queixadas paraibanos, e Sebastião de Lucena de Azevedo que se casou com Jeronima de Mesquita e foram estes pais de Mateus de Freitas de Azevedo, de onde vem os Lucenas nordestinos.

Mateus foi casado com a meia cristã-nova Maria de Herédia, filha de João Queixada, seu primo e de Leonor Roiz, cristã-nova inteira (Mendonça,1929).Uma filha deste casal levou o nome da avó Jerônima de Mesquita e do seu casamento com Antonio Bandeira de Melo, vem os Bandeiras da Paraíba, ascendentes do jornalista Assis Chateaubriand. Ainda desta linhagem cristanova, descendem:

5.8.1.**Família CESAR DE MELO:**

Laura Melo, neta de Mateus de Freitas, casou com Agostinho César de Andrade, fidalgo madeirense, e foram os pais do militar e poeta Jerônimo César de Melo esposo de Maria Joana César, filha

bastarda de João Fernandes Vieira, este , bisneto do Judeu Dr. Paulo Antonio, médico do Faial (Borges da Fonseca,1993) e daí vem a família Cesar de Melo de origem pernambucana. A guerra do Fidié levou ao Piauí os militares Ten-Cel Pedro de Melo Cesar e o primeiro Tenente Joaquim Cesar de Melo Padilha. Na mesma época, encontra-se em Oeiras, Dona Raimunda Cesar de Melo, esposa do poeta e jornalista cego, Tibério César Burlamaqui (Ferraz,1926). Esta deve ser parente não muito distante de Teresa de Jesus Cesar de Melo que em 1837, casou em Pernambuco com Manuel Figueiroa de Faria, nascendo desse casamento o escritor e jornalista Felipe de Figueiroa de Faria, co-proprietário do Diário de Pernambuco, Deputado na Câmara Geral, tendo votado a favor da aprovação da Lei Aurea de 1888 . Um Jeronimo Cesar de Melo foi tabelião do Cartório Câmara de Quixeramobim no Ceará como esta registrado no seu livro de notas n.º 1 datado de 27 de novembro de 1745. Desconheço seus descendentes naquela região.

5.8.2. **PAES MENDONÇA**: Antonio de Mendonça, irmão de Duarte Saraiva (alias, David Senior Coronel), judeu, teve um filho natural de nome Gaspar de Mendonça, senhor do Engenho de Apipucos em 1630. Um filho deste, Cristovão Paes Mendonça, casou com Isabel de Melo Bandeira, neta da mesma Leonor Roiz, e foram o tronco dos Paes Mendonça (Borges da Fonseca,1992).

5.8.3. **MONTENEGRO**: O início dessa família em Pernambuco foi Felipe Santiago de Oliveira e sua esposa Lourença Maciel de Andrade, filha de Jeronima de Mesquita de Azevedo, terceira neta de Leonor Roiz. Daqui vem os Montenegro do Açú, no Rio Grande do Norte, os Bezerra Montenegro e os Dias de Albuquerque Montenegro, espalhados por todo o Nordeste, mormente no Ceará.

5.8.4. **DOURADOS DE IGARASSU**: O primeiro desta família em Pernambuco foi Gaspar Gonçalves Dourado que do segundo casamento com Clara de Azevedo, irmã de Jeronima de Mesquita, vem os Dourados, de Igarassu.

5.8.5. **PEREIRA DE LUCENA**: Clara de Azevedo, filha de Mateus de Freitas teve do seu segundo casamento com Antonio Malheiros de Melo, a Sebastião de Lucena que se estabeleceu em Jaboatão, casado com Joana de Macedo. São tidos como os avós de Anselmo Pereira de Melo que em meados do Séc. XVIII, voltou, após várias gerações, a utilizar o sobrenome Lucena, fazendo-o surgir novamente em Pernambuco e depois na Paraíba e Cariri cearense. Desse ramo, nasceu em 1835, Henrique Pereira de Lucena, depois barão de Lucena (Guerra,1958).

5.8.6. **FAMÍLIA CAMBOA**:

No início do século XVIII proliferam na Zona Oeste do Rio Grande do Norte e Jaguaribe no ceará, os Nogueira de Lucena, originados de Muribeca, Pernambuco, ligados ao mesmo tronco, como diz Flavio Guerra(1958) "pois, não se conhece na antiga nobiliarquia brasileira, notícia de outra estirpe de igual nome aqui chegada de Portugal ou Espanha, donde se origina principalmente este nome, e que possa justificar qualquer objeção a tal respeito ". Acreditamos que como Muribeca era distrito de Jaboatão, também o fundador dessa família, Alferes Manoel Nogueira de Lucena, descenda daquele Sebastião de Lucena lá estabelecido, pois são os únicos dessa família de que tem notícia Borges da Fonseca, quando da elaboração da Nobiliarquia Pernambucana. O alferes foi casado com Firmiana Rosa dos Prazeres, filha de Francisco de Sousa Ribeiro, também de Muribeca, e de Maria Calado Rego, natural de Ipojuca, irmã de Catarina Rodrigues esposa de Antonio Lopes Rosa cujos sobrenomes Rego, Rodrigues, Lopes e Rosa são por demais infamados.

Nos filhos de Manuel e Firmiana, surge o sobrenome GOIS, que parece vir de Firmiana. Essa família não mereceu do genealogista Borges da Fonseca, um título específico na sua importante obra. Poucos são os indivíduos citados na Nobiliarquia Pernambucana com esse sobrenome. Uma análise cuidadosa, naquela obra, mostra que apenas na arvore genealógica dos descendentes de Agostinho de

Holanda e Maria de Paiva, esse apelido continua pelas gerações posteriores em Pernambuco, chegando, como se vê às citadas Sete Irmãs aos Vilela Cid e destes, também à família Camboa aqui tratada, cuja ligação parece vir através do casamento do Cap. Manuel Ribeiro com Joana de Gois, único cruzamento de Ribeiro e Gois registrado por aquele eminente linhagista.

Muribeca surgiu de uma sesmaria doada por Duarte Coelho a Arnau de Holanda e Brites Mendes Vasconcelos, tronco dos Holandas, Vasconcelos e Gois. Manuel e Firmiana tiveram dentre outros os filhos: Ana de Gois Nogueira, Germana de Gois Nogueira e José de Gois Nogueira, cujo sobrenome não pode ter outra origem que a acima apontada. José de Góis Nogueira, filho de Manoel Nogueira de Lucena, foi casado com Quitéria Francisca de Oliveira, filha de Jerônimo da Rocha e de Ana Maria de Albuquerque, naturais de Goiana.

5.9 CORDEIROS, BARBOSAS, CARDIGOS E DELGADO AIRES.

Diz o já citado Borges da Fonseca, que Simão Barbosa, filho do fidalgo Frutuoso Barbosa (que veio de Lisboa para governar a Paraíba,

em 1579) e da meia cristã-nova Felipa Cardiga (filha da cristã-nova Isabel Mendes e de Pero Cardigo, nascido este em 1534, no Sardoal, (Calmon,1985,), teria ido para a Bahia e lá se casado com Ana Cardiga.

Por sua vez Frei Jaboatão registra na Bahia que Ana Cordeiro, filha de Antonio Delgado Aires, natural também do Sardoal (declaração ao Santo Ofício em 1618) e de Branca de Peralta, (seria parente da xn de nome Maria de Peralta que viveu em Pernambuco e de Isabel de Peralta casada com o mercador flamengo Gaspar de Mere?), foi casada com um Simão Barbosa, sem mais informações, mas que acredito seja aquele acima referido, pelas razões que a seguir exponho.

Esse Antonio Delgado Aires veio de Portugal casado com Francisca de Cardiga, que teve um filho com o sobrenome Cordeiro (Antonio Cordeiro Aires) não se sabendo de qual dos pais viria este apelido, sendo mais provável que venha de Antonio. Tiveram uma filha com os mesmos prenome e sobrenome da mãe de Pero Cardigo acima: Felipa Cardiga.

Francisca de Cardiga, tendo o mesmo sobrenome e sendo natural da mesma localidade (Sardoal) de onde veio Pero Cardigo, deve ser provavelmente sua parenta o que explicaria o fato daquele neto de Pero Cardigo, Simão Barbosa, ter vindo para a Bahia e casar nesse grupo familiar. Casamento entre parentes, bem ao gosto dos marranos.

Um fato que se deve destacar é que em 1594, compareceu perante o Santo Ofício, Estevão Cordeiro, natural de Porto de Mós, nascido em 1563, filho do Licenciado em Leis, Aleixo Cordeiro, cristão-velho, e de sua mulher Gracia Fernandes, cristã-nova, morador no engenho de Pero Cardigo. Vê-se que Pero já casado com uma da estirpe, também abrigava o possível parente cristão-novo na sua fazenda.

Tudo leva a crer, pelo exposto, que os contemporâneos Aleixo Cordeiro e Pero Cardigo, ambos casados com cristãs-novas, seriam os fundadores das estirpes aparentadas dos Cordeiros, Barbosas Cardigos e Delgado Aires que a partir da Bahia e Pernambuco, se distribuíram por todo o Nordeste.

Daquele casamento de Simão com Ana Cordeiro é que vem a estirpe Barbosa Cordeiro. Foram os pais de Pedro Barbosa (nasc. entre 1632 e 1664) e por este, avós de Matias Barbosa (nasc. entre 1657 e 1689), casado com Leonor Baldes, pais de Maria Caetana de Vasconcelos.

No Rio Grande do Norte, deixou descendência, Leocádia Barbosa Vasconcelos nascida em 1698, esposa de Alexandre de Sousa Rocha, ambos naturais de Goiana, constituindo-se num dos núcleos fundadores das famílias Camboa, Alves de Oliveira e Alves de Sousa. Um dos filhos do casal, natural de Russas, chamava-se Matias Aires Delgado, que considerando a raridade e combinação dos sobrenomes, não pode ter outras origens senão os acima mencionados, a partir dos

entrelaçamentos de Barbosas com Aires e Delgados cuja descendência, chegaria até aqui, talvez por Leocádia.

De acordo com Guilherme Studart (1910), um ramo dos Barbosa Cordeiro estabeleceu-se no Ceará, mais precisamente em Baturité, na pessoa de Anna Barbosa Cordeiro, esposa do cap. Francisco Simões Tinoco, sendo os pais de:

F1 Simão Barbosa Cordeiro

F2 Antonio Joaquim da Costa Tinoco

F3 D. Josefa Barbosa Leitão

Ainda dessa linhagem, vem Isabel Barbosa, bisneta de Frutuoso e Felipa Cardiga, que teve filho natural com João da Cunha Pereira, donde vem um filho homônimo que foi esposo de Maria Pereira Façanha. Deste casal, o filho Antonio da Cunha Pereira, vem se estabelecer no médio Jaguaribe, na localidade Boqueirão, e é o tronco dos Cunhas, do Vale do Jaguaribe no Ceará, sendo também ascendente do historiador e homem de letras Gustavo Barroso (Brigido,1919). O antissemitismo, expresso em alguns dos seus escritos, mancha sua obra que no geral é de excelente qualidade. Num dos seus livros, Barroso cava fundo no período colonial para embasar sua afirmação de que o Presidente Roosevelt era judeu, descendente da família Rossocamp que fora expulsa da Espanha em 1620. Segundo ele, estabelecendo-se em vários países, trocaram de nome para Rosenberg, Rosenbaum, Roosevelt e Rosenthal (Carneiro,1988). Não sei se teve também o trabalho de conferir sua árvore genealógica pelos

Cunha Pereira, pois além da ligação acima mencionada, o tronco da família em Pernambuco, Pero da Cunha Andrade gozou durante muito tempo a fama de cristão-novo, aliás não contestada (Mello,1989).

5.10 UMA INDAGAÇÃO SOBRE OS GOMES DA SILVEIRA

O fundador dessa família, foi em Pernambuco, o português de Serpa, Pedro Alvares da Silveira e sua esposa Maria Gomes Bezerra. Julgando a ação dos filhos do casal na conquista e fundação da Paraíba, Almeida Prado (1939) chega a estabelecer comparação com os Brandões, cristãos-novos, donos de engenho, que momentaneamente teriam na mesma época se estabelecido na região. A intenção é provar que os segundos não fincavam raízes. Os cristãos-velhos, sim.

Duarte Gomes da Silveira, estabeleceu morgado na Paraíba e do seu próprio cabedal, incentivava a tantos quantos lá construíssem moradia. É com justiça lembrado como fundador da Paraíba.

Um detalhe, pouco observado, faz com que aqui listemos os Gomes da Silveira. Se eram cristãos-velhos, não o eram, porém ao que parece, de pureza étnica ilibada.

A documentação referente ao estabelecimento do morgado na Paraíba, possui declaração de Duarte Gomes, que aos olhos do Santo Ofício poderia, ao alvitre daquele instituto, redundar na negativa do requerido, quando pouco.

Afirma Duarte: “... e não quis e nem quer aproveitar do Brasão de Armas do apelido de Silveiras, nome apelativo de seu pai por não ter notícia alguma de sua prosápia...” (Borges da Fonseca,1993).

À luz da jurisprudência do Santo Ofício, pedido desta natureza, levava a presunção da existência de sangue converso naquela direção da árvore genealógica. Igualmente quando se fazia alegação de ignorância da naturalidade de pai ou avós, ou quando eram fornecidos nomes de antepassados que não eram descobertos nos assentos paroquiais e ainda quando era solicitado que não se procedesse a inquirição no lugar de origem dos ancestrais, desconfiava-se com fundamento de cristão-novo. Também assim pensamos nós.

Duarte foi casado com Fulgência Tavares e teve dela um filho que não deixou geração pois foi morto pelos holandeses. Teve porém uma filha natural de nome Joana Gomes da Silveira que se casou com Antônio Barbalho Bezerra, filho de Felipe Barbalho Bezerra e de Serafina de Morais. Daí é que vem, segundo Borges da Fonseca (1993), os morgados da Paraíba.

Em 06.07.1732, no Auto-de-Fé de Lisboa, compareciam vários cristãos-novos, arrancados das suas atividades nos engenhos paraibanos (Salvador,1976). São cerca de dezessete e entre eles vamos encontrar as irmãs: Joana Gomes da Silveira, Tereza Barbalho de Jesus (ambas morreram no cárcere), Luísa Barbalho Bezerra e Vitória Barbalho.

Seriam essas condenadas, da linhagem dos antigos morgados da Paraíba, como parece indicar os sobrenomes?

Pelo lado dos Barbalhos, pode-se também verificar ascendente hebreu. Antônio Barbalho Bezerra, pai de Felipe Barbalho e avô de Antônio Barbalho Bezerra, marido de Joana Gomes, “tinha parte de cristão-novo por parte da sua mãe” conforme testemunha o Cel.Zenóbio Accioi em processo de familiar do Santo Ofício (Calmon,1985) Em Pernambuco casara-se por duas vezes. A primeira vez com Violante Fernandes e depois com Antônia Bezerra, filha de Domingos Bezerra e Brasia Monteiro, que nas denunciações da Bahia, fora acusada de cristã-nova (Calmon,1985).

Sobre Pantaleão Monteiro, que também é ascendente dos Bezerra de Menezes, dentre outras família, colho as seguintes citações: Boxer (1961) a ele se refere como “infeliz marrano Pantaleão Monteiro”, e Almeida Prado (1964) fala sobre o tesouro do “opulento judeu Pantaleão Monteiro...”e noutra parte sobre as astúcias do Vieira: “Muito vivo, chegou a servir ao marrano Pantaleão Monteiro dos mais ricos da coletividade hebraica...”

Gomes da Silveira e Barbalho estão largamente representados nas atuais populações nordestinas.

No Rio Grande do Norte por exemplo, os Barbalhos proliferaram muito. Em livro inédito de Hélio Galvão, citado por Grillo (1989), temos: “Os Barbalhos procedem de Antônio Barbalho, português, que constitui família em Pernambuco. Deste descende Antônio José da

Costa Barbalho, que é o patriarca dos Barbalhos de Goianinha". Casando-se com Maria Germana Freire de Revoredo, aliou-se ao grande povoador da região, Diogo Freire de Revoredo.

5.11. FAMÍLIA MORAIS VALCACER

A inquisição de Orense, Espanha, andou às voltas com os ascendentes do habilitando ao Santo Ofício, Francisco Xavier de Morais Sarmento. O problema era a presença, na sua árvore genealógica, da judia Branca Gonçalves, natural de Vilar, no reino da Galiza. Foi Branca casada com Paio Colmieiro, senhor de Gargalos e outras terras em Espanha.Tiveram um filho de nome Francisco Colmieiro que se casou com Dona Maria de Morais e estes foram os pais de um outro Francisco que se casou com Catarina Valcacer, dos Adelantados Mores de Galiza, começando ao que parece aqui a mistura dos Morais com Valcacer e a fama de cristãos-novos que pespegou aos mesmos e ainda aos Mariz e Pimenteis originados na Provincia de Tras-os-montes (http://www.geni.com/people/Francisco-Colmieiro/6000000020381033152).

Uma outra Catarina Valcacer, provável filha ou neta daquela, foi casada com Lopo Rodrigues Camelo cujo descendente, Jorge Camelo se passou a Pernambuco, dando origem a essa família no Brasil. Do casamento de Jorge com Isabel Cardosa(Mendonça,1929), vieram as filhas, N... casada com o senhor de engenho João Tavares, Ana de

Morais casada com Antonio de Holanda Vasconcelos, e os filhos Jorge Camelo, e finalmente outro filho de nome Francisco Camelo Valcacer esposo de Ana Gomes da Silveira, que deixou larga descendência no Nordeste, chegando aos Rego Barros e aos Medeiros do Rio Grande do Norte, pois os irmãos Rodrigo e Sebastião, tronco dessa família, foram casados com moças dessa família Valcacer, originadas em Francisco Camelo Valcacer.

5.12. FAMÍLIA PINHEIRO – Alguns Ramos

O ramo a que me refiro inicialmente, desenvolveu-se em Itapagé, CE. Foi rapidamente estudado por Marlene PinheiroVentura(1989) no livro "Portugal – Origem, Evolução e Fatos". Diz a autora a certa altura: "Sabemos que a família Pinheiro veio de Portugal para o Brasil com a suposição de ter as suas raízes na região da Beira Alta, na histórica vila de Trancoso".

Cita ainda os descendentes do seu avô Joaquim de Sousa Pinheiro, que casou em 1888 no Amazonas, mas cujos descendentes vieram morar no Ceará, primeiro em Itapagé e depois, em Fortaleza. A autora, ao citar alguns cristãos-novos ilustres de Celorico, menciona Miguel da Silveira, "judeu de Celorico, parente de Issac de Pinedo, nascido em 1614 em Trancoso, descendente da família Pinheiro". É forçoso pensar fossem da mesma "gens" que se estabeleceu no Ceará, pois originada da mesma Beira Alta e da vila de Trancoso.

Acrescentamos que Isaac Pinedo faleceu em 13 de novembro de 1679. O Marquês de Mondejar, “levou a notícia funesta ao poeta Judeu Daniel Levi (Miguel) de Barrios, que dedicou àquele várias odes em espanhol (Kayserling,1971).

Um outro ramo originado no sergipano João Pinheiro Lobo, misturou-se com os Bezerra de Menezes, gerando os daquele sobrenome na região do Cariri (Sobreira,1946). João Pinheiro era filho de Antônio Pinheiro de Carvalho, descendente de um dos irmãos cristãos-novos Manuel Pinheiro de Carvalho e Rui Pinheiro de Carvalho. O primeiro foi almotacé da Câmara da Bahia em 1626. Rui nasceu em 1586 e morreu em 1645 (Calmon,1985). Foi acusado de blasfemar contra o altar tosco de Nossa Senhora do Rosário de Pirajuia, quando lhe contaram que a santa teria ressuscitado uma índia. Teria indagado: “Aquela Senhorinha?” Seu filho e homônimo, foi acusado de hebraísmo. Em nota ao Catálogo Genealógico de frei Jaboatão, Calmon(1985) acrescenta: andou três anos em Sergipe, à sua custa regulando descida de gado”. E mais adiante: “acusaram-no de cristão-novo na inquirição de 1646...”

Membros de outra família Pinheiro surgem mais tarde, também na Bahia, por volta de 1700. São os irmãos Antônio Pinheiro Pinto, Joaquim Pinheiro Pinto e José Pinheiro Pinto. Ramificou-se esta família por toda a região de Caetité, situada na rota para os diamantes das minas novas do Araçuais em Minas Gerais”(Santos,1956). Além dos sobrenomes, não há menção sobre sua origem énica, mas

casaram-se com filhas de Miguel Lourenço de Almeida e deste, Licurgo Santos Filho (Santos,1956), tem o que dizer.

São palavras do autor: “O Almeida, que Miguel ladinamente acrescentou ao nome, proveio do padrinho de batismo, Dom Lopo de Almeida, este sim nobre de quatro costados...”, e mais adiante”... neto de Lourenços e de Joães, nomes próprios por excelência, é bem possível que Miguel descendesse de cristãos-novos...”

Admite Licurgo que “viviam espalhados pelo distrito, nessa época, milhares, talvez de cristãos-novos”. Miguel Lourenço, conseguiu ser familiar do Santo Ofício, mas numa região grandemente habitada ou freqüentada por gente da nação, jamais exerceu o seu papel.

No Rio Grande do Norte, alguns dos Pinheiros parecem vir da região onde fica a cidade de São Miguel, na zona oeste do Estado. Sobre esta região lê-se em texto apresentado por Paulo Valadares (1989): “Os prenomes são na maioria bíblicos e na época em que lá vivi, conheci Aarão, Abel Abrão, Ananias, Azarias, Daniel, Elias, Elizeu, Ismael, Israel, Jacob, Jeremias, Mizael, Samuel, Simão, Tobias e Zacarias”. Quanto aos sobrenomes são Carvalho, Moreira, Nogueira, Oliveira, Pinheiro etc... Sabido como é que os cristãos-novos adotavam também nomes de árvores como sobrenome, não está longe a possibilidade de uma colonização holandesa, através de judeus escorraçados pela inquisição...”

José Nunes Cabral foi um estudioso dessa região e era descendente da família Nunes de Carvalho, originada no Nordeste brasileiro supostamente com o judeu Isak Porking (Carvalho em Holandês), cujos descendentes teriam se refugiado no Rio Grande do Norte. A tradição que lhe fora transmitida pelos seus pais, levou-o a retornar ao judaísmo público. Posteriormente participou em Natal, juntamente com João Medeiros, do ressurgimento do Centro Israelita, que fora fundado por Judeus ashkenazim, em época anterior.

Este reavivamento que fez retornar a fé judaica dezenas de descendentes de cristãos-novos, constituiu-se num dos fatos mais interessantes da história do Judaísmo, e é registrado por Wolff, no livro "Natal – uma comunidade singular" (Wolff e Wolff,1984).

5.13. SOBRE ALGUNS FONSECAS NORDENTINOS

"Cristãos-novos os Fonsecas brasileiros? Perfeitamente. Não o foram provadamente os Fonsecas europeus?" Indagações e respostas de Roberto Piragibe da Fonseca em monografia sobre Manuel Deodoro da Fonseca, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Fonseca,1977). As justificativas da resposta positiva vem em nota do trabalho referido, quando o autor comenta o livro de Roger Peyrefitte, "Le Juifs", que trata, através de mais de 500

páginas, do que chama judeus “connus et Inconnus”, nomeando diretamente a Manuel Deodoro da Fonseca entre os “inconnus”.

Piragibe, apesar do antissemitismo que deixa claramente escapar quando diz que “Não é de envaidecer a ninguém provir de qualquer espécie de semita”, procura comprovar esta ascendência, até mesmo através da análise de caracteres fisionômicos afirmando que “...índices somáticos privativos da raça semita, revelam-se, pronunciados, em numerosos Fonsecas brasileiros ao longo das gerações”.

Uma amável carta do Sr. Ruy da Fonseca Saraiva, sobrinho neto, como Piragibe, de Manoel Deodoro da Fonseca, parece dar crédito a existência de persistente semelhança com o tronco judaico. Em certo trecho diz o missivista: “...uma vez, passando na calçada fronteira à Sinagoga (em Teresopolis onde reside), fui cercado por um grupo de judeus, que em língua estranha me abordaram. Vendo que eu não entendia nada, passaram ao português, interrogando-me: “O Patrício não vai hoje a festa em nossa Sinagoga?”No mesmo dia, horas depois, fui abordado por um grupo de mulheres, com a mesma pergunta”. O Sr. Ruy, descende ainda de linhagem judaica pelos Saraiva Leão, ramo dos Bezerra de Menezes (Andrade,1989) e portanto dos cristãos-novos Belchior da Rosa e de Pantaleão Monteiro.

No Rio Grande do Norte, estabeleceram-se por volta do séc. XVIII, na ribeira do Açu. Em 1722, era ouvidor geral da província o Dr. Manuel da Fonseca e Silva. Hoje derramam-se por toda a várzea e adjacências, misturando-se com todas as famílias da região. Na

família, como lembra em nota, Castelo Branco (1959) é tradição que são originados de irmãos portugueses que se distribuíram pelo Nordeste, fixando-se em Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Refere-se ainda ao parentesco com os Fonsecas de Alagoas, da seguinte maneira: “Os sobrinhos de Marechal Deodoro da Fonseca: Hermes, Percílio e Clodoaldo, todos oficiais Generais do Exército, e naturais de Alagoas, diziam-se parentes do General Fonseca e Silva, norteriograndense”. Segundo Alberto Martins da Silva (1989), este ramo português dos Fonsecas teria chegado ao Nordeste brasileiro nos fins do século XVIII, através da família Lopes Galvão, que se fixou no sertão do Seridó, no Rio Grande do Norte e “que criou raízes em todo o Brasil, forjando a família Fonseca...”. Esta afirmativa, se verdadeira, parece incluir na estirpe judaica, também aos Lopes Galvão, assim indicados como fundadores da família. Não há, porém, pelo menos nas primeiras gerações, nenhum descendente com sobrenome Fonseca, quer de Manoel Lopes, quer de Francisco Lopes seu irmão, troncos da família no Brasil, e filhos de Manoel Lopes Galvão, que foi secretário das mercês do reinado de D. João IV, como informa José Augusto (1980). Uma filha de Manoel Lopes e de Margarida Lins Acioli, chamada Maria do Carmo de Proença ou Maria de Proença Lins Acioli, casou-se com Manoel da Fonseca Jaime, importante figura militar e política do Nordeste e que comandou tropas contra os Mascates na guerra entre a nobreza

olindense e os comerciantes recifenses. Do casal, os filhos abaixo, que podem bem ter iniciado os Fonsecas Galvão:

F1. Bernardino de Oliveira Pinto c.c. Jerônima de Albuquerque.
F2. Félix da Fonseca Jaime
F3. Cipriano Lopes da Fonseca Galvão
F4. Luiza Hilária da Fonseca c.c. João de Sousa Magalhães
F5. Margarida Ribeiro da Fonseca

Como já mencionado, um neto de Francisco Lopes, de nome Cipriano Lopes Galvão foi casado com a pernambucana Adriana de Holanda Vasconcelos, da linhagem de Branca Dias, cuja descendência constitui os Lopes Galvão do Seridó do Rio Grande do Norte. Para Isaac Izecksohn (1967) “o sobrenome Lopes era tão eivado de judaísmo como o de Henriques”.

5.14 A FAMÍLIA ARRUDA

Aqui, tratamos de alguns Arrudas nordestinos, se bem que se possa estender o argumento para outras regiões, pois tudo indica que os desta estirpe, tem origem comum.

Em Sobral, uma família com este sobrenome tem se desenvolvido desde o Séc. XVIII, começando com Amaro José de Arruda, natural

da Ilha de São Miguel dos Açores, filho de Pedro de Viveiros e de sua mulher Francisca dos Anjos. No Ceará, casou com Maria da Conceição, natural de Mamanguape, Paraíba, filha de José Ferreira da Costa e de Maria Colaça. Instalaram-se no lugar Oiticará, que assim constitui-se no berço dos Arrudas cearenses. Do casal provieram os seguintes filhos (Arruda,1987):

F1 – Manoel Francisco de Arruda c.c. Vicência Maria da Conceição.

F2 – Francisco José de Arruda c.c. Maria José do Espírito Santo.

F3 – Amaro José de Arruda c.c Rita Umbelina do Nascimento.

F4 – Pedro José de Arruda.

F5 – Alexandre José de Arruda c.c Florência Soares Caminha

F6 – João José de Arruda c.c. Maria Quitéria de Jesus e Quitéria Maria da Rocha.

F7 – Tereza Maria de Jesus Arruda c.c. Francisco Alvares Monteiro.

F8 – Joaquim Maria de Arruda c.c. Vicente Ferreira da Ponte.

Da mesma ilha foi também José Francisco de Arruda, parente de Amaro que com seus filhos Francisco Arruda, Maria Arruda e João José de Arruda, deixaram descendentes no Ceará.

Os descendentes do patriarca de Oiticará, espalharam-se por todo o país, “radicaram-se pelos sertões, serras e praias das terras de mares

bravios, foram a Amazônia, durante a febre doirada da extração da borracha...” Têm se destacado sobretudo na indústria e comércio.

Na Paraíba, também proliferaram os Arrudas e estão presentes no Arraial de Piranhas ou Povoado de Bom Sucesso, desde 1727. Não tem, no Brasil, ligação com os cearenses deste apelido. O tronco foi segundo Antonio José de Sousa (Sousa1979), o Cap. Mor Francisco de Arruda Câmara e sua esposa Maria Saraiva, sendo filho destes, Manuel de Arruda Câmara, cientista e revolucionário, fundador da loja maçônica Areópago de Itambé, da qual participava, entre outros intelectuais, Gervásio Pires Ferreira. Aí se preparou um dos movimentos de independência do Brasil. Manuel destacou-se principalmente como botânico. Diminui hoje, este sobrenome na Paraíba, indicando-se como originada do tronco a família Cavalcante Torres Bandeira de Maniçoba.

Até prova em contrário, avaliamos que todos estes Arrudas citados e outros, originam-se na ilha de São Miguel dos Açores, pois é de lá que saem aqueles que se destacaram principalmente na arquitetura com Diogo e seu irmão Francisco, construtor da Torre de Belém em Portugal (enciclopédia delta,1971), além de João Arruda Furtado, cientista. Na ilha há o Município de Arruda, com foral de 1160 e um mais recente doado por D. Manuel em 1517.

Sobre as origens desta família, damos a palavra a F. Sadoc de Araújo no livro “Ceará: Homens e livros”, quando comenta o livro

“Os Arrudas” de Francisco de Assis Vasconcelos Arruda (Arruda,1987):

> *“Gostaria de, lado a lado com o autor, aprofundar o estudo da origem remota da família Arruda, tão estreitamente ligada à história sobralense, pelo que farei ainda algumas ponderações que poderão servir de pista para ulterior investigação.*
>
> *Os avoengos de Amaro, foram provavelmente cristãos-novos espanhóis, perseguidos e expulsos de Castela e Aragão nos fins do Séc. XV. Estes cristãos-novos, judeus forçados à conversação por ordem dos Reis Católicos, tomavam nomes de plantas nativas com o fim de encobrir a perseguida origem judaica. Assim, algumas delas provavelmente ligadas a família Boytac, adotaram o apelido “da Ruda”, grafia castelhana da rutacea aromática (Ruta graveoles L.) erva medicinal bastante conhecida dos judeus que, segundo o evangelho pagavam por ela os dízimos (Lc.18,42). Com este sobrenome suposto, conseguiram refúgio em Portugal durante o reinado de D. João II. Este monarca, adotando critério que depois se tornou praxe, favorecia os judeus chamados mesteirais, profissionais de qualidade, tendo muitos Arrudas se dedicado a arquitetura para poder permanecer em Portugal continental. Os demais, menos hábeis, eram deportados para as ilhas, principalmente para o arquipélago dos Açores, cuja ilha de*

São Miguel, estava em fase de povoamento recente e intensivo desde 1444, por obra de Gonçalo Velho”.

Uma família Boytac, Butaca ou Buitrago esteve presente no Brasil no período colonial, nas pessoas de Alonso de Buitrago e Francisco Buitrago ambos naturais de Setubal, filhos de Belchior de Buitrago. Segundo informa Carvalho Franco (s.d.), a família seria originada em Portugal com Diogo Boitac, mestre de obras de origem italiana que em 1490 trabalhou no convento de Jesus em Setubal. A associação destes Boytac com o trabalho de construção parece reforçar o exposto acima sobre a origem dos Arrudas.

Em Mossoró-RN, em princípios do séc. XIX, proliferou uma família Oliveira Barca ou Ferreira da Costa ou Ferreira Butrago, que transportou-se do Jaguaribe, aqui se refugiando. Por muito tempo ensangüentaram a pacata ribeira mossoroense, em luta com o padre Longino Guilherme de Melo, de igual espírito guerreiro, numa das páginas mais tristes da história da cidade. Não há descendentes conhecidos desta estirpe na região (Sousa,1989). Observa F. Sadoc de Araújo, no trabalho citado acima, que todos os filhos de Amaro José de Arruda (filho) e de Rita Umbelina, se assinavam com o sobrenome Ferreira...

5.15. DESCENDENTES PIAUIENSES DO JUDEU DUARTE BRANDÃO

Na Península Ibérica, em pleno vigor do estatuto do *puritatis sanguinis,* bem protegido estava quem tinha por desconhecidos seus ancestrais, pois fácil era encontrar avoengo judeu ou mouro nas árvores genealógicas, apesar das manipulações dos nobiliários. Afirma-se, e era verdade, não existir família de consideração que não carregasse gens hebreus. Os espanhóis, e por extensão os portugueses teriam quase todos avós circuncidados.

Na ilustrada prosápia dos Castelo Branco, por exemplo, fácil é encontrar ascendente converso, mesmo sem precisar retroceder aos Furtados ou a israelita Inês de Castro (Salvador,1076), dentre vários ramos distantes. Num galho mais novo temos Isabel de Vilarinho Caldeira, amiga do bispo do Algarve D. Fernando Coutinho, ali pelo início do Sec. XVI (Anuário Genealógico Latino,1956). Ou ainda Duarte Brandão que segundo um trabalho genealógico divulgado em 1710 (Baião,1973), seria ascendente do Conde de São Lourenço, dos Sampaios, senhores de Vila Flor, dos Melos Cascos de Évora e dos Condes de Pombeiro, cujo primeiro deles era irmão de D. Francisca da Cunha Castelo Branco, fundador da família no Piauí.

Este Duarte Brandão foi personalidade de destaque, merecendo verbete na Enciclopédia Britânica (1959), classificado como “Anglo-Jewish adventure”. Nasceu em Portugal e segundo Manuel Abrantes

do Soveral (http://www.soveral.info/mas/judeusecristaosnovos.htm) seria filho do rico mercador judeu Jacob Baru, falecido em 1471. Duarte teria ido inicialmente para a Holanda e depois para a Inglaterra, onde rei Eduard IV o teria batizado de pé, com o nome de Eduard Brampton. Naquele país, casou com Margarida Beaumont e participou ativamente da vida política e militar daquele país, pelo que recebeu alguns privilégios. Retornou em 1485 a Portugal, onde foi por algum tempo representante dos interesses ingleses e lhe foi concedido o senhorio de Buarcos (Anuário genealógico brasileiro,1046).

A ligação com a família Castelo Branca se dá através do filho de Duarte Brandão, João Brandão, pai de Margarida de Lima, casada com Antônio de Castelo Branco, bisavô do patriarca, piauiense. Este parentesco com gente da nação haveria de trazer problemas para o segundo Conde de Pombeiro Antônio Castelo Branco e Cunha.

Descendentes de Duarte Brandão,via Castelo Branco, seriam as seguintes famílias piauienses dentre outras:

1. **Marreiro Castelo Branco**: Felix do Rego Castelo Branco, bisneto de D. Francisco, o patriarca, foi casado com D. Joana Angélica de Menezes com larga geração donde vem os Marreiros Castelo Branco (Ferraz,1926).
2. **Cesar Burlamaqui**: Maria Benedita Castelo Branco, quarta neta de D. Francisco, foi casada com Carlos César Burlamaqui, oficial do Exército Portugues, cavaleiro da ordem de Cristo e

governador da Capitania do Piauí de 21 de janeiro de 1806 até 20 de outubro de 1810, tronco dos Burlamaqui brasileiros (Castelo Branco,1982).

3. **Carvalho de Almeida**: Maria Eugenia de Mesquita Castelo Branco, neta de D. Francisco, foi casada com Antônio Carvalho de Almeida, português de Linhares, irmão de Manuel Carvalho de Almeida casado com Clara da Cunha e Silva Castelo Branco. Origem dos Carvalho de Almeida do Piauí (Ferreira,1990). Este último casal é ascendente do ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1980).

4. **Bacelar**: Arcângela, filha de Manuel Carvalho (acima) casou com o português Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar, constituindo a família Bacelar, de Campo Maior (Ferraz,1926).

5. **Fortes**: D. Ana Rosa do Lago Castelo Branco, trineta de D. Francisco, foi casada com o mineiro Luiz de Sousa Fortes, chegado ao Piauí no princípio do século XIX, dando início a um dos ramos dos Fortes piauienses.

A respeito destes últimos, assim se refere Issac Izecksohn(1967) citando Augusto de Lima Júnior, sobre os cristãos-novos mineiros: “No começo os Leões, os Fortes, os Henriques, os Carneiros, os Campos etc., chegaram a construir povoados, verdadeiros guetos, que ainda hoje se reconhecem por não terem capelas em suas ruínas...” e mais adiante “... eram os donos do comércio, rancheiros à margem das estradas, compradores de ouro de contrabando... ”.

O outro ramo dos Fortes no Piauí,vem do primeiro casamento de Luís de Sousa Fortes com D. Maria Pires Ferreira, filha de José Pires Ferreira, neta de Domingos Pires Ferreira e de Joana Maria de Deus, tronco dos Pires Ferreira do Brasil. Sobre estes também se lançam suspeitas, Um filho do casal, Gervasio Pires Ferreira, foi figura importante na história da independência do Brasil. Era ligado a sociedade secreta de inspiração política, “Areópago de Itambé” onde se congregavam letrados, padres e maçons no preparo do movimento revolucionário de 1817. Importantes informações biográficas são fornecidas por Edgard Pires Ferreira no volume 4, da “Mística do Parentesco”(Ferreira,1990). Sapolnik chama-o “O judeu brasileiro Gervasio Pires Ferreira”(Sapolnik,s.d.).

6. **Ferraz de Moura Pinto**: Ana Joaquina de Castelo Branco, tetraneta de D. Francisco, casou-se com Luís Pereira Ferraz de Moura Pinto, fidalgo português descendente da casa dos Ferrazes (Ferraz,1926).

5.16. ALBUQUERQUES E CRISTÃOS-NOVOS

José Gonçalves Salvador estudou com profundidade o papel desempenhado pelos cristãos-novos no nosso país. Em “Cristãos-novos, Jesuítas e Inquisição” (1969), põe por terra a hipótese de que estes não seriam encontrados entre os membros das várias ordens católicas. Até no Santo Ofício teriam penetrado embora raramente,

como diz o autor. E como exemplo de descendente de gente da nação, no papel de inquisitor, lembra d. Jº de Melo, trineto do bispo d. Jorge de Melo e de sua concubina Elena de Mesquita. Almeida Prado (1939) refere-se a Jorge de Melo dizendo que era indivíduo mal visto na corte e no clero e que “muito mais se perpetuou fazendo vários filhos em Ana (Helena) de Mesquita, de quem remanesce farta descendência”. Essa descendência chega a Pernambuco através de Felipe de Melo e Maria Melo, netas de Helena de Mesquita, como mostra Carlos Xavier Paes Barreto (s.d.):

> I Garcia de Melo c.c. Felipa Pereira. Pais de:
> II Jorge de Melo que de Helena de Mesquita teve:
> III Cristovão de Melo c.c. Joana Silva. Pais de:
> IV Felipa Melo c.c. Jerônimo de Albuquerque.

Maria Melo, irmã de Felipa, c.c. Manuel de Albuquerque, filho de Jerônimo com Maria do Espírito Santo Arco Verde.

Carlos Xavier diz que “tempo houve em que o prurido de fidalguia determinava aos Albuquerque oriundos de Jerônimo e Felipa Melo, o acréscimo deste apelido”, para não serem confundidos com os parentes descendentes do sangue índio de Maria do Espírito Santo Arco Verde ou Muira Ubi, para os de sua raça. Muito mais complicado teria sido, se tivessem conhecimento da ascendência judaica, desencavada tempos depois por Alão de Morais, e divulgada

por José Gonçalves Salvador. E se não se engana o ínclito genealogista, o “prejuízo” para a prosápia dos pernambucanos é quase tanto quanto se fosse provada a ascendência judaica de Brites Mendes Vasconcelos, como temia Borges da Fonseca (1993), pois quantos no Nordeste não descenderiam destes Melo e Albuquerques? De Maria Melo provieram quatro filhos e sua irmã Felipa Melo, esposa de Jerônimo, teve nada menos que onze, alguns deles misturando-se a gente de origem judaica, descendentes de Duarte Sá, João Pires e Felipa Tavares. São destes troncos, todos os *Melo e Albuquerque* do Nordeste e do Brasil.

Não bastasse, já em Portugal o avô de Jerônimo, João de Albuquerque havia se misturado com gente da nação quando casou com Leonor Lopes, filha do judaizante desembargador Lopo Gonçalves de Leão (http://archiver.rootsweb.ancestry.com/th/read/BRAZIL/2000-04/0955511846) , o que contamina (usando a linguajem dos famosos tições medievais), toda a família Albuquerque no Brasil. Nessa linhagem se ligam todos os Cavalcantis, Mouras e Acioly.

Outro ramo desta família que se envolveu genealogicamente com cristãos-novos, foram os Albuquerque Maranhão. Ligados de longa data a história do Rio Grande do Norte, foi essa família buscar aditivo ao sobrenome famoso, em patriótica luta de conquista no estado do Maranhão.

Em 1603 era Jerônimo de Albuquerque, capitão-mór do Rio Grande do Norte onde doou aos filhos Antonio e Matias cerca de cinco mil braças de terras nas regiões de Cunhaú e Canguaretama, fundando ai a famosa Casa de Cunhaú. Daí, saem para a conquista do Maranhão.

Segundo Evaldo Cabral de Melo (1989), todos os ramos atuais da família Albuquerque Maranhão, vem do filho Matias acima referido, casado com Isabel da Câmara, filha de Pero Gago da Camara e de Isabel de Oliveira. Por aí penetrava novamente a seiva abrâmica na prosápia dos descendentes de D. Afonso Sanches, filho natural del-rei D. Diniz. Tanto que nas provanças para a concessão do hábito da Ordem de Cristo de três de seus netos, surgiram dificuldades. O caso era que Isabel de Oliveira,era filha de Lopo Fernandes Carneiro, meirinho do mar, infamado de cristão-novo e que inclusive tinha o apelido de “judeu da lancinha”, pois o mesmo andava em algumas sextas-feiras do ano com uma lança nas costas, talvez como sinal para outros congêneres.

Dessa estirpe vieram vultos importantes de nossa história como André de Albuquerque Maranhão, líder e mártir do Movimento Republicano de 1817, no Rio Grande do Norte. Afirma Itamar de Souza (1989) que neste estado, aquela revolução foi realizada predominantemente pela família Albuquerque Maranhão.

Mais tarde, já por 1889, governou o Rio Grande do Norte, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, aclamado em 17 de novembro de

1889. Em 1892, voltou a governar, desta vez eleito pelo Congresso Estadual. No seu governo foram criados os municípios de Patu, São Gonçalo e Currais Novos. Foi uma das maiores figuras políticas do Rio Grande. Seu irmão, Alberto Maranhão, também exerceu o governo do estado.

Também da estirpe foi Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, natural de Macaíba-RN, pioneiro e mártir da aviação, jornalista, deputado federal e abolicionista. Faleceu em Paris a 12 de maio de 1902 devido a explosão do seu dirigível Pax, juntamente com o mecânico Sachet. Seu grande amigo, Luis Pereira Tito Jácome, chefe político de Triunfo, homenageou-o com a mudança do nome da cidade para Augusto Severo em 28 de agosto de 1903 (Mello,1976).

5.17. O ABRAÃO DO JAGUARIBE

Os primeiros habitantes, ditos civilizados, chegam ao fértil Vale do Jaguaribe por volta de 1681 e requerem as primeiras sesmarias da região. Vinham predominantemente do vizinho Estado do Rio Grande do Norte. A primeira família que aí se estabeleceu foi a dos Gracimões de origem holandesa, provenientes de Joris Gartman, comandante flamengo, que deixou raízes na região misturados aos Nunes Barbosa, Ferreira da Costa e Porto.

Por essa época é que chega Luciano Cardoso de Vargas, que viria a se constituir no tronco de tão numerosa prole a ponto de ser

cognominado o Abraão do Jaguaribe, não havendo família na região que não tenha recebido gens deste patriarca. Supõe Girão (1973), que fosse açoriano, sendo porém mais provável que venha dos Cardoso de Vargas estabelecidos na Bahia, como sugere Barros Leal (1990) quando diz que Luciano provavelmente era cristão-novo.

Luciano era médico, e por aí começamos a desconfiar de sua origem semita, pois de a muito as profissões de cobrador de impostos, arrematador de dízimos, tabelião, boticário e médico eram como sinetes identificadores da estirpe.

Iria Gonçalves (1988) estudos as concessões de cartas de Exame de Físicos e cirurgiões quatrocentistas, em Portugal e afirma: "Bastante mais de metade das cartas – 63,5% - foram passadas em favor de Judeus. É conhecido o interessante que os israelitas nutriam pelas profissões médicas."

Como ilustração, citamos do trabalho referido os seguintes exemplos: Mestre Nacim, oftalmologista; Mestre Jacó, cirurgião do príncipe D. João; Mestre Guedelha Goleima, cirurgião do infante D. Henrique. Mestre Vivas Branco e Mestre José Branco. Entre os examinadores, alguns de evidente origem semita, já usam sobrenomes que depois se difundiriam tornando-se comuns, como: Mestre Fernando Alvares Cardoso, Mestre Madeira e Mestre Rodrigo de Lucena, irmão de Vasco Fernandes de Lucena, ascendente dos Lucenas nordestinos.

Agora, consideremos os sobrenomes. Pedro Cardoso de Vargas, natural da Ilha da Madeira, passou à Bahia onde se casou em 1627 com a cristã-nova Margarida Diniz, filha de Diniz Bravo cristão-novo de importante família de produtores de açúcar, estabelecidos nesse estado desde o século XVI (84). Um neto e homônimo deste primeiro Cardoso de Vargas, casou com D. Luzia Girão Teles de Menezes. Afirma Jaboatão (Calmon,1985) que: "... este Paulo Cardoso de Vargas passou para Pernambuco" e era falecido em 1741, quando sua filha Inês, casou com Sebastião Cavalo de Carvalho. Deve ter sido o tronco da família para aquelas bandas donde veio Luciano, que de lá chegou casado com D. Maria Maciel de Carvalho. Tiveram ao que parece dois filhos e sete filhas, sendo que cinco se estabeleceram no Ceará e duas teriam se casado para o Rio Grande do Sul. Foram ascendentes das seguintes famílias:

1. **Pires e Maia**: O tronco destas famílias, estabelecidas em Russas, foi Antonio Pires de Barros, neto do patriarca Luciano. Sobre esta segunda família, sempre infamada de cristanovice, desejamos dizer algumas palavras. O velho tronco foi na Espanha D. Men Gonçalves Maia que adotou este nome por haver tomado aos Mouros a terra da Maia, ao sul do rio Ave, isso lá pelo século X. Foi em Portugal, uma das cinco famílias que segundo o Livro Velho de Linhagens deviam "armar e criar e que andaram a 1ª guerra a filhar o reino de Portugal". José Matoso (1987) que estudou com profundidade a nobreza medieval portuguesa, afirma, porém, que já

em 1258, quase no princípio do reinado de Afonso III, pouco restava desta família, além da memória de um passado prestigioso. “Nem os bens se tinham mantido na mesma família, nem sequer o nome se usava”. Donde vem então os Maias que nos chegam? Segundo Barroso este era sobrenome utilizadíssimo pelos cristãos-novos, tendo dado na dispersão pela Europa os Mayer e Meyer. De fato, havia Maias cristãos-novos. Novinsky os encontrou na Bahia, embora em alguns casos tenha deixado de citá-la como tal: “... não incluimos na Bahia aqueles que sabemos pertencer a famílias judaicas desde várias gerações como por exemplo algum dos Maias e Ulhoas, por não encontrarmos ainda elementos seguros para fazê-lo” (Novinsky,1972). Depois, ao enfocar o cristão-novo Mateus Lopes Franco diz: “A mãe de Mateus pertencia à antiga família de cristãos-novos, os Maia”. Essa parece ser a verdade sobre os que atualmente utilizam esse apelido. Por esta linha vem o cearense Virgilio Maia que recentemente publicou o livro “Estandartes das Tribos de Israel”, onde através de versos, sintetiza “a miscigenação cósmica dos filhos de Israel com a cultura do sertão nordestino”.

2. **Pintos**, de Baturité: São originados de José Pinto Lopes, neto de Luciano, através de sua filha Ana Maria Maciel esposa do português Gaspar Pinto Lopes (prenome e sobrenomes tipicamente judaicos). O apelido de Pinto, é associado a origem semita desde tempos bem remotos. Iria Gonçalves, numa amostragem da antroponímia alentejana do século XV, verificou alguns sobrenomes

comuns entre os judeus: “Figuram na lista que examino alguns nomes de judeus. São poucos, mas devem constituir a grande maioria dos chefes de famílias israelitas, habitando, ao tempo, no almoxarifado de Évora, porque raramente os filhos de Jacob conseguiram eximir-se de encargos semelhantes aos que no referido rol se continham”. São os seguintes: Abeacar, Alcáçovas (das), Alfandarim, Alvarino, Arraioles (de), Ataqueiro, Banafação, Boino, Bolhos, Cachiche, Caldeirão, Catalão, fazão, Franco, Gadai, Illescas (de) Labanca, Leiria (de), Ludel, Montemor (de), Namias, Navarro, Palaçano, Pardo, Pinto, Polegar, Pratas, Rafria, Ramão, Romeiro, Ruivo, Samaria, Sanarigo, Trafão, Vaca, Valencim, Xavi, Zaboca e Zemerro.

3. **Mendes Guerreiro**: São originados no Jaguaribe, do casamento de Maria Francisca do Nascimento, bisneta do Abraão do Jaguaribe, esposa de Inácio Mendes Guerreiro, filho do português Inácio Mendes Guerreiro.

4. **Família Chaves**. Originam-se do casamento de Eulalia Maria da Silva, bisneta de Luciano Cardoso de Vargas com o pernambucano de Goiana, José Rodrigues Pereira Chaves.

5. **Família Pinheiro**, do Riacho do Sangue: Por não termos certeza se pertenciam ao mesmo tronco dos Pinedo, de Trancoso, mencionados em outra parte desta obra, preferimos enxerta-los como descendentes de Luciano, pelo casamento de Rosa Maria Maciel, filha deste, com o português Manuel Pinheiro do Lago Landim.

6. **Moreira de Sousa**: Estes descendem do patriarca pelo seu bisneto Joaquim José Fernandes de Sousa, segundo Girão(1973*)*, que não lhe soube nomear a esposa.

5.18 OS MELOS DE JAGUARUANA

Por volta de 1820, chegaram a Amazônia várias famílias de origem judaica que tiveram como epicentro o Norte da África (Marrocos, Fez, Tetuan, Rabat, Tanger), por lá estabelecidas após a grande expulsão de 1492 . Algumas guardam acentuado sabor judaico nos sobrenomes. São os Abecassis, os Benzaquem, os Cohen, Benchimol etc. Outras trazem apelidos bem mais denunciadoes da origem ibérica. São os Aguiar, Alves, Bentes, Gonçalves, Laredo, Pacífico, Perez, Pinto, Salgados, Toledano, Saraiva e Melul.

Descendentes desta última família, também originados de Marrocos, porém, ao que parece, por outra via e época estabeleceram-se em Jaguaruana no Estado do Ceará.

Segundo informa o sr. Yaacov Ben Abraham Melul ou Melo, como a família é conhecida na região, em carta endereçada a seu sobrinho Carlyle Fontenele de Melo (Naum), teriam chegado ao Nordeste a chamado de D. Pedro II, para o trabalho de construção de açudes, na árida terra alencarina. O tronco da família teria sido Levi Sarassa Melo ou Melul e Sara Melo.

Em outro trecho da missiva, que gentilmente nos foi cedida pelo Agrônomo Carlyle, seu tio Yaacov diz: “costumamos celebrar em casa, todo o ritual judaico da grande festa da pessah...”

Tudo indica que Melos de origem judaica são antigos na região. Há pistas de alguns deles pelo Rio Grande do Norte e Ceará, nos primeiros anos da Colonização.

José Mouro de Brito foi antigo tronco de várias famílias desses dois Estados. Segundo se diz (Studart,1910), seria originado do Marrocos, tendo se casado no Rio Grande com Anna da Silva Mello. Talvez referindo-se a ele é que diz Barros Leal: “Os Britos do Ceará eram cristãos-novos. Em documentos antigos eles são taxados de mouros, mas isto é apenas uma incompreensão muito corrente na época...” (Barros Leal,1975). José Mouro teve uma filha de nome Josepha da Rocha Pinto que casou com o português, do Porto, José Joaquim de Melo donde vem D. Anastácia Maciel de Melo, mãe de Helena de Oliveira Maciel esposa de Antonio Pereira de Queiroz, que mudaram-se do Apodi para o Sitia, na freguesia de Quixeramobim, por volta de 1750.

Os rebentos deste tronco povoaram Quixadá, Cascavel e Beberibe e deram elementos de projeção nacional como o estadista Eusébio de Queiroz, o militar Clarindo de Queiroz, o clérigo Helder Câmara e a escritora Raquel de Queiroz dentre vários outros (Facó,s.d.).

Lembrando suas distantes origens genealógicas, Pedro Nava(1984) observa que se quisesse ter um distintivo heráldico, não

poderia deixar de acrescentar aos “chaveirões, crescentes, bandas, contrabandas, veiros e contraveiros portugueses... uns prepúcios de goles – estes últimos em homenagem aos cristãos-novos da Diamantina, nas Minas; do Quixeramobim no Ceará” .

5.18 **Uma Suspeita sobre os Cavalcanti**

Houve época, em Pernambuco, quando se dizia que quem não era Cavalcanti, era Cavalgado. Era a *vox popoli*, manifestando-se contra a prepotência familiar dos que por décadas e décadas detiveram o domínio sobre engenhos e vilas. Presunção que também se firmava nas vaidosas raízes, ditas fidalgas, fincadas na longínqua Itália. Possuíam um atestado de nobreza, passado pelo Duque de Florença (Calmon,1985), além de apontarem para parentes distantes, citados na Divina Comédia, se bem que habitando o inferno e no Decameron:

Mais tarde surgiram vozes divergentes. Gilberto Freire em introdução ao livro “Memórias de um Cavalcanti”, cita o padre Lopes Gama que argumentava não existirem razões bem fundamentadas para que os Cavalcanti se gabassem tanto de sua nobreza e dizia: “Se recorrermos aos documentos históricos, não encontraremos fidalgo florentino que tivesse o apelido de Cavalcanti.”

O tronco dessa importante família foi em Pernambuco, Felipe Cavalcanti, que casou com uma filha de Jerônimo de Albuquerque. Seu nome está presente nos documentos inquisitoriais. Na Bahia, fora

acusado, por Belchior Mendes de Azevedo, talvez por despeito, de ter praticado ato homossexual ou nefando, como se dizia na época. Em Olinda fora acusado por mais de uma vez de possuir uma Bíblia em linguagem, ou seja, traduzida para o português. A proibição referente à posse do livro sagrado vertido em vernáculo, vinha do receio que a Igreja tinha de possíveis deturpações interpretativas, realizadas pelos marranos que eram numerosos na pátria surgente.

A 29 de outubro de 1593, compareceu perante o Santo Ofício que se achava em visitação ao Nordeste brasileiro, à cata de hereges, o cristão-velho Amaro Gonçalves, para dizer que vira na casa de Felipe Cavalcanti, uma Bíblia em linguagem. E, mais grave, instado que fora por seu cunhado Gonçalo Mendes Leitão, a se desfazer daquela obra defesa, fizera pouco caso e "que a não queria tirar de si". (Mendonça,1929)

Um ano depois, foi a vez do padre Jesuíta, Manoel Correa, fazer a mesma denúncia.

O fato era de certa gravidade, pois, por motivo semelhante, vários cristão-novos haviam sido condenados pela Inquisição. Dentre estes, cita-se Diogo Meirelles, que, na corte, fora penitenciado a açoites e sambenito, e para cá viera degredado . Elias Lipiner(1969) assinala que dentre os leitores da Bíblia em vernáculo, estavam muitas mulheres da velha etnia como Maria Lopes, Violante Roiz, Violante Fernandes e Maria Peralta. As duas últimas recorriam com freqüência ao congênere Bento Teixeira, para a tradução.

A Bíblia em questões, era a chamada Bíblia de Ferrara, publicada ainda em 1726 e para cá enviar aos montes pelos judeus europeus. Segundo se descrevia, era “de folha quarta, de mais de dois côvados de altura, de letra miúda, encadernada em pergaminho” e com figura.

A proibição do monitório deixou marca indelével na mente nordestina. Se foi sempre raro encontrar livros nas fazendas da região, muito mais difícil era localizar uma Bíblia nos oratórios (Medeiros filho,1987), e quem a possuía, guardava-a com grande sigilo. Tenho exemplo na família. Meu bisavô, Trajano Filgueira de Melo, possuía um velho exemplar que pelas dimensões e figuras que possuía, não assemelha-se a Bíblia do padre Antonio Pereira de Figueiredo, que passou a circular no Brasil a partir de 1850. Guardada no fundo de um baú, só ele podia ler.

Pois nessa atividade esconsa de cristão-novo, foi se meter o pretenso fidalgo Felipe Cavalcanti. Seria ele também da estirpe ou meramente um curioso das coisas proibidas? Aliás, não se pode deixar de fazer coro com Almeida Prado (1939) quando indaga que razão teria trazido para uma ainda atrasada colônia tropical, um nobre de quatro costados, oriundo do centro mais avançado do mundo àquela época?

A opinião mais avançada, na direção de uma definição étnica dos Cavalcanti, é aventada por Barros Leal (1975) quando diz: “Felipe Cavalcanti era um nobre florentino que atendeu, prestimoso, ao convite de Duarte Coelho, quando o primeiro donatário de

Pernambuco procurava, na Europa, pessoas de posse e destemidos que quisessem correr à aventura americana. Família de banqueiros, possivelmente cristãos-novos, mas, com muita dissimulação, jamais qualquer da grei manifestou essa condição, vivendo sempre entre os mais renhidos defensores da pureza de sangue, sem revelar esta quase certa circunstância, bastante negativa para os padrões culturais e religiosos da época.”

Mesclando-se aos Albuquerque, Holanda e outras das primeiras famílias pernambucanas, transformaram-se nos ascendentes de praticamente todos nós.

5.19 **Domingas Arão, tronco dos Amaral Gurgel**

Como anteriormente mencionado, para a maioria, os que tivessem continuado a seguir ocultamente o judaísmo seriam denominados marranos enquanto que os que de fato tenham, ao longo das gerações, se tornado cristãos, devem ser chamados de cristãos-novos. Wolff (1991) emite a seguinte opinião sobre essa última categoria:

“Cristão-novo é uma expressão mais ampla abarcando os judaizantes e a grande massa de católicos praticantes, descendentes de israelitas”.

O grande estudioso judeu e sua esposa Frieda Wolff, cercam-se de muito cuidado ao citar nos seus livros aqueles elementos de origem

judaica, preferindo sempre arrolar como cristão-novo apenas os que conseguem documentalmente registrar como judaizantes.

Instado a falar sobre genealogia judaica, proferiu palestra no Colégio Brasileiro de Genealogia em 20 de março de 1989, discutindo a origem judaica de algumas famílias do Rio de Janeiro. Dentre as pessoas ali apontadas, referiu-se a Domingas de Arão, tronco da família Gurgel do Amaral. Transcreveremos o que diz o eminente escritor:

"Enquanto o nome Arão indica uma ascendência israelita, encontramos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Anais do Congresso de História do Segundo Reinado, Comissão de Genealogia e Heráldica, pág., 107 e 108, o artigo de Celso Maria de Melo Pupo "O Visconde Anfitrião de Suas Majestades" com informes importantes a respeito do patronímico. De Arão e Daram seriam corruptelas do apelido de Aram, nome de uma família que teria adquirido propriedade situada em vale espanhol, na fronteira da França, região que tem o nome Aram, aportuguesado depois d´Aran, Daran, de Arão."

Domingas de Arão (do Amaral) casou-se com o francês Toussaint Gurgel em princípios do século XVII no Rio de Janeiro, mas interessa a genealogia nordestina, pois um dos ramos da família, fundada pelos acima nomeados, estabeleceu-se no Aracati e a partir dai, para Caraúbas no Rio Grande do Norte, com larga descendência, como registra Aldysio Gurgel do Amaral (s.d.).

Mais modernamente, Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, na Edição comemorativa do cinqüentenário do Instituto Genealógico Brasileiro, também teceu considerações críticas a respeito das origens familiares dos Amaral Gurgel, perguntando qual seria a origem dos sobrenomes Amaral, que surge na família, ligado ao que tudo indica, a Domingas. Também por esse ramo é bom lembrar a possibilidade da origem semita dos Amaral Gurgel, como se lê em Baião (1973):

> *"Alli Lopes, mercador mourisco convertendo-se chamou-se João Dias, dizem que casou em Vizeu com uma judia estalajadeira na Praça, a que chamavam Maria ou Mor Afonso. Deles descendem muitos cavaleiros da beira do apelido de Loureiro e de Amaral..."*

Sobre um ramo paraibano dessa família D´arão ou Daran, informa José Romero Araújo Cardoso, geógrafo e estudioso do cangaço, que na sua família sempre se soube descenderam de cristão-novos, e que o tronco seria o cristão-novo João Ignácio Cardoso D´arão que acusado de práticas judaizantes, refugiou-se em Pombal, na Paraíba. Foi casado com Catarina Seixas e tiveram oito filhos, um deles se chamava Aarão e outro Abel Ignácio Cardoso D´Aarão.

Uma filha tinha por sobrenomes Cardoso de Alencar e segundo informa aquele estudioso, seriam também da mesma linhagem do romancista José de Alencar.

Com respeito a essa família Alencar, é interessante verificar o esforço de alguns de seus membros para entronca-la nos Alanos, via corruptela de Alencar (Leão,1971), quando mais próximo da verdade seja considerá-los cristão-novos, pois ostentam os apelidos Pereira e Rego, normalmente infamados. De qualquer maneira, sigo com a opinião de que faltam ainda provas da origem semita dessa família cearense.

5.19 No Rastro dos Medeiros das Ilhas

O tronco dos Medeiros, da Madeira e dos Açores, foi Rui Vaz de Medeiros natural de Ponte de Lima ou de Guimarães, de onde teria fugido ao seu pai, por razões que se desconhecem. Estabeleceu-se inicialmente na ilha da Madeira e depois passou aos Açores. Naquela ilha, casou com Ana Gonçalves, da família Furtado de Mendonça, gerando nove filhos.

Alguns dos seus descendentes foram infamados de possuírem sangue semita, devido ao casamento de Ana Medeiros com o mascate Gaspar Dias, listado e sempre tido por cristão-novo, apesar dos reiterados desmentidos (Coutinho,1987),

A suposta origem em Guimarães chama a atenção para a existência, nesta localidade, do médico Luiz Gomes de Medeiros, que

Kayserling (1971) tem por pai do poeta marrano Manuel Thomas, nascido em 1585. Este Manuel Thomas coincidentemente, também passou à ilha da Madeira, onde viveu a maior parte de sua vida e aí foi assassinado em 10 de abril de 1665. Foi autor da epopéia "O Fênix da Lusitânia", que trata da história de Portugal.

Irmão de Manuel, foi Jonas Abravanel, como registrou o poeta judeu Daniel de Barrios (Kayserling (1971):

> *"Jonas Abravanel canoro Hermano*
> *Del gran Manuel Thomas, que*
> *el "Lusitano Phenix" en lãs terceiras Islãs hizo".*

Embora se considere que Jonas e Manuel sejam filhos de pais diferentes, tem-se como certa a ascendência judaica de ambos, o segundo, dos Medeiros de Guimarães (Kayserling (1971).

Depois, registra-se também, a existência de outro Manuel Thomas ou Pinchas Abravanel que do seu casamento com Garcia Nunes, nasceram dentre outros, Tomas Fernandes e Maria Nunes, que se casaram respectivamente com os irmãos, Catarina Mendes e Francisco Mendes Medeiros, de uma família de cristãos-novos do Porto, originada em Belchior Mendes ou Abraham Franco, um dos fundadores da comunidade em Amsterdam (Dines,1990).

A origem na mesma região geográfica, a passagem pelas ilhas, e as ligações genealógicas apontadas, leva-nos a indagar sobre as

relações que poderiam existir entre a família do poeta Manoel Thomas e os Medeiros que se estabeleceram na Ilha de São Miguel, nos Açores.

A exemplo do patriarca Rui Vaz, os que das ilhas vieram para o Brasil estabelecendo-se no Seridó, também vem fugidos e trocam de sobrenome, adotando o apelido materno ao invés do Matos do pai. São os irmãos Rodrigo de Medeiros Rocha e Sebastião de Medeiros, que chegaram ao Brasil no início do século XVIII, dando origem aos Medeiros norteriograndenses.

Para Olavo de Medeiros Filho(1981), não está descartada a hipótese da fuga se dever a problemas com a inquisição. (Medeiros Filho,(1081).

Sonia Siqueira (1978) estudando a presença da inquisição no vale do Parnaíba, em São Paulo, expõe o seguinte depoimento de Manuel Fernandes Campo Gama:

> *"Declara que na dita vila de Santo Antonio ha rumor confesso de que os Gama tem defeito de cristão-novo, sem distinção da família de quem procede o dito defeito sendo certo que o dito defeito esta só nos Gama que procedem da cidade de Tavira e sendo natural da dita cidade, João Reis Tavira casou na dita ilha da Madeira com Antonia Lopes da Costa e se receberam na freguesia da Sé em 15.10.1622 e por esta Antonia Lopes da Costa*

entrou na dita ilha o defeito de cristão-novo na tal família dos Gama que é distinta da dele suplicante”.

Embora não tenhamos conseguido estabelecer identidade entre os Lopes da Costa, da Madeira com os da ilha de São Miguel, lembramos que Maria Medeiros, avó dos irmãos Medeiros emigrados para o nosso país, era casada (em 1650) com Francisco Lopes da Costa, por onde pode ter entrado sangue semita na estirpe dos Medeiros, se já o não tivesse, por via do ascendente Mateus Dias e dos Rochas, de Viana, também infamados. De qualquer maneira, se não tinham sangue israelita, os descendentes passaram a tê-lo, pois no Brasil foram ambos casados com moças da família Valcacer de Morais sendo assim descendentes da judia Branca Gonçalves anteriormente citada.

Na Bahia, existiram alguns da estirpe judaica com esse sobrenome (Novinsky,1982): Domingos de Medeiros, mercador, estante na Bahia em 1641, sobrinho de Rodrigo Aires Brandão, Bernardo de Medeiros e Leandro de Medeiros, todos vianenses e cristãos-novos.

Em Pernambuco, Borges da Fonseca registra a presença de alguns dessa família, sem qualquer menção étnica. O mais antigo parece ser Domingos Alves que tenho por pai de Maria Alves Medeiros, mãe de um Eufrásio Alves, cujos prenome e sobrenomes, haverão de se espraiar, até aos dias atuais, pela família Feitosa e nos descendentes do patriarca Alexandre de Sousa Rocha, estabelecido em Mossoró,

como forte indicativo de origem comum. Registre-se que Alexandre de Sousa Rocha, natural de Goiana, onde nasceu no final do Séc. XVII estabeleceu-se inicialmente no Seridó, sendo provável que buscasse parentes.

Dessa família é o senhor João Dias Fernandes de Medeiros, que na segunda fase da história do Centro Israelita, tem desempenhado importante papel na sustentação espiritual da comunidade judaica norteriograndense, especialmente marrana.

5.20 A Controversa Figura do Caramuru

Pouco se sabe das raízes étnicas de Diogo Álvares, o Caramuru. Tronco da primeira família brasileira. Por uns tem sido considerado cristão-novo o que é negado por outros. Doria (2000), apresenta o estudo mais convincente: seria identificado como galego, porem português da fronteira norte de Portugal. Sequer levava um sobrenome, apenas um patronímico, Álvares, filho de Álvaro.

Para Wolff e Wolff (1987), não passa de mito, a inclusão do Caramuru, no rol das figuras judaicas com atuação no Brasil. Rebatem a argumentação de que a existência de um Imanuel Álvares Correa, em Amsterdã, em 1675, seja prova suficiente da ascendência semita de Diogo. Mostram que nos seus arquivos estão registrados entre 1641 e 1731, 21 judeus ou judaizantes, com esses sobrenomes, sem que isso fosse prova daquela ascendência. E citam mais: dentre “mais de 600

Correa e descendentes no Rio de Janeiro", citados por Carlos Rheingantz, encontram-se apenas sete criptojudeus.

Os autores citados previnem-se contra o erro, enclausurando-se unicamente na prova documental, excluindo totalmente os meios indiretos de detecção do marrano no mundo ibérico. Em alguns casos, porém, o único caminho é o da dedução a partir dos sintomas, das circunstâncias, dos sobrenomes,

Tomando por exemplo a questão do número de cristãos-novos com os sobrenomes em questão, se Wolff encontrou apenas 21 no Brasil, Flavio Carvalho arrola para o mesmo período em Portugal, a partir dos arquivos da Inquisição de Lisboa, nada menos que 97 cristãos-novos com o sobrenome Álvares e as variantes Alvres e Alveres e 43 Correas.

No tribunal de Évora, são 34 Alvares e 5 Correas, entre os 444 conduzidos a morte no mesmo período.

Rodolfo Garcia foi dos que sustentaram a hipótese de que ele fosse cristão-novo. E por que? Que razões teria para supor tal? Com certeza as trazidas pela época e circunstâncias.

É sabido que o cristão-novo Fernando de Noronha foi o primeiro arrendatário das terras de Santa Cruz e documentos coevos asseveram sua origem cristão-novo e dos seus sócios.

A esse consórcio de cristãos-novos cabia o monopólio da exploração do pau-brasil concomitante com a exploração anual de 300 léguas da terra recém-descoberta, como estabelecimento de fortalezas

nos locais apropriados. O contrato vai de 1502 até 1515, desconhecendo-se as condições para o seu término.

Baseados nesses fatos, podemos afirmar quase com certeza que Diogo Álvares, que se supõe chegou ao Brasil em 1509, seja participante da aventurosa empreitada de avançar a colonização da terra como fora contratado por Noronha e a coroa portuguesa. Não é outra a opinião de Pedro Calmon:

"Homem de Viana, no Minho, vindo talvez num dos navios do contrato do pau-brasil, pela altura de 1509 naufragou nos baixios do rio vermelho" (31) infinitamente provável, pois, que fosse correligionário do contratador Fernando de Noronha. Inda que não o fosse, teve parte considerável de sua descendência misturada com gente da estirpe judaica, como se pode ver a seguir:

1 – Sua filha Felipa Álvares, casou com Paulo Dias Adorno e foram pais de dois filhos: Catarina Dias Adorno e Antonio Dias Adorno. Catarina casou com o cristão-novo Francisco Rodrigues com sucessão; e Antonio, de sua mulher Antonia Fogaça teve uma filha de nome Margarida Adorno, que foi casada com Álvaro Rodrigues, filho de Afonso Rodrigues cristão-novo, também com descendentes (Salvador,1976). Descendente de Felipa e Paulo Dias Adorno, e de um desses ramos, era o Cap. Luis de Figueiredo Adorno, baiano de Santiago, que chegou ao cariri cearense na terceira década do séc. XVIII, originando a família Figueiredo Adorno.

2 – Dos 8 filhos de Genebra Álvares casada com Vicente Dias de Beja, apenas três deixaram descendência e destes, dois casaram com cristão-novos. Diogo Dias casou com Isabel de Ávila, filha do cristão-novo Garcia d´Ávila (Salvador,1992) e a partir dai vem a famosa casa da Torre de Garcia d´Ávila com poderio sobre as terras do sertão nordestino como diz Pedro Calmon (1958):

“Os Ávila, no seu trajeto para o S. Francisco, através do Itapecurum e do rio Real, invariavelmente procuravam Pernambuco, o Ceará, raias do Maranhão: eram os homens do Mediterrâneos...”

Garcia d´Ávila, em 1669, confrontou-se com a Companhia de Jesus, mandando destruir todas as igrejas por ela construída nas aldeias de Itapicuru e Geremoabo. As repercussões chegaram à Roma e Lisboa, contudo saiu impune do fato. Do seu testamento, fica-se sabendo que nos últimos momentos de sua vida, foi velado pelos cristãos-novos Francisco Lopes Brandão e Gonçalo Homem de Almeida aos quais deixou cinco cruzados para cada um.

Da Casa da Torre, são descendentes os Pereiras do Pajeú, pois D. Jacinta Rodrigues esposa de José Pereira da Silva, troncos dessa família, era filha de José Carlos Rodrigues originada das citadas estirpes dos d´Ávilas e Caramuns, da Bahia (Neves,1983).

5.21 Família Carvalho no Nordeste

Embora desde quase o início do reino de Portugal sejam encontradas famílias com sobrenomes originados de plantas, após o surgimento da Inquisição e da conversão forçada, proliferam grandemente os apelidos dessa natureza, inegavelmente de origem cristã-nova. A família Carvalho é caso típico.

Conseguimos identificar em Pernambuco, no início da colonização, alguns troncos dessa estirpe, mas todos nobilitados, muito mais por Borges da Fonseca que pelas suas puras origens étnicas. Bernardino e Sebastião de Carvalho são os troncos principais. O primeiro casou com cristã-velha; o segundo, dos três casamentos que teve, dois foram com mulheres de estirpe judaica: uma neta da cristã-nova Branca Dias e a outra neta do marrano Pantaleão Monteiro. Talvez por esses casamentos é que pairou em certa época, suspeita sobre a possível origem judaica dos irmãos Carvalho, progenitores de quase todos os Carvalhos do Nordeste.

Diz-nos Melo (1989), que houve problemas nas inquirições para habilitação de Manuel Carneiro da Cunha descendente de Sebastião, que foram resolvidos através de um documento que certificava serem os irmãos Carvalhos, filhos e netos de fidalgos portugueses, “a mesma linhagem de ‘noblesse de robe’ a que pertenceria pelo lado paterno o futuro marquês de Pombal.” E isso satisfez ao padre João Guedes, encarregado da inquirição. Acontece, porém, que com o

aprofundamento da pesquisa, chega-se a outra opinião. Vejamos o que diz Mascarenhas Barreto, sobre a família Carvalho, de Manoel Carvalho de Ataíde, pai do marques de Pombal (Mascarenhas,1988).

> *"Sabemos que os Carvalhos, da antiga colônia judaica transmontana, que se inscrevia num triângulo (tendo por vértices Vila Real, Lamego e Vale do Pinhão), se haviam transladado, já como cristãos-novos, para Soure, Carvalho, Cercosa, Pombal e outras terras confinantes e também sabemos que Manoel de Carvalho era natural de Pombal".*

E diz mais Mascarenhas Barreto: "O próprio perfil de seu filho, Sebastião José, que conseguiu guindar-se a Marques de Pombal, divulgado por copiosa iconografia, apresenta um recorde nasal que indubitavelmente sugere a sua origem hebraica".

Desse tronco pernambucano ou transplantado diretamente de Portugal, distribuem-se vários indivíduos Carvalhos nos vários estados do Nordeste.

Na antiga cidade de Icó, no Ceará, estabeleceram-se em meados do século XVIII, Manoel da Rocha Franco e sua esposa Maria Sanches de Carvalho, ricos fazendeiros vindos de Itamaracá, instalando-se no lugar "Carcará", nas proximidades do município de Saboeiro às margens do rio Jaguaribe.

Nos trabalhos de alguns pesquisadores cearenses, figuram como cristãos-novos, o que levou à crítica de Enéas Vieira (1979), no artigo “A verdadeira origem dos Carcarás de Saboeiro”, onde diz:

“... não é sustentável a tese de que os pais dos 7 irmãos fossem cristãos-novos. É apenas provável que tenha sido, em vista de que as famílias Sanches e Carvalho, tanto de Espanha como de Portugal, tradicionalmente eram judaizantes.”

Mileno Bandeira (s.d.), esclarece a questão, quando afirma que nos documentos referentes ao casamento do português João Batista Vieira com Antonia de Oliveira (neta dos citados Manoel da Rocha Franco e Maria Sanches de Carvalho), surge a notícia sobre as práticas judaicas dos avós dela.

Dos cristãos-novos Manoel da Rocha Franco e Maria Sanches de Carvalho, são filhos:

F1 – Antonia Franco de Carvalho c.c José de Oliveira Bastos, português, tronco principal dos “carcarás” de Saboeiro, originando ainda, Fernandes Vieira. Batistas, Pontes Vieira e Oliveira Bastos. Deste casal vem o Visconde do Icó, Francisco Fernandes Vieira.

F2 – Bernardina Sanches de Carvalho casou primeiro com Antonio Lopes de Azevedo e depois com João Bento da Silva de Oliveira, com descendentes.

F3 – Anacleta da Silva de Carvalho c. c. Francisco Xavier de Oliveira.

F4 – Eugenia de Carvalho casou no Apodi, originando os Barretos daquela região e Amarais do Aracati.

F5 – Agostinha Sanches de Carvalho foi raptada pelo pernambucano Antônio Domingos Alves e casou em Marvão, no Piauí, com descendência.

F6 – Ana Sanches de Carvalho c. c. Francisco Ferreira da Mota.

F7 – Domingos Sanches de Carvalho c. c. Clara Francisca de Brito, índia.

Da descendência desses ramos, vem ainda Gomes de Oliveira, Pinto Penna e Gonçalves da Silva.

De importância genealógica, foi também Pedro da Rocha Franco, irmão de Manuel da Rocha Franco. Foi homem de influência na região de Granja, Camocim e Viçosa, no Ceará, deixando Imensa prole de seu casamento com Vitória Rodrigues da Câmara.

5.22. O possível avô de Cristóvão Colombo e seus descendentes no Nordeste.

Durante muitos anos se tem debatido a respeito da nacionalidade do descobridor da América, Cristóvão Colombo. Tido normalmente como genovês, sempre teve quem o fizesse originado de outras

paragens. Já foi polonês, russo, espanhol e agora, após longos anos de pesquisa, o historiador português, Mascarenhas Barreto, através de nada menos que 600 páginas, defende no seu livro “O Português Cristóvão Colombo – espião do Rei D. João I” – a nacionalidade portuguesa para o descobridor da América (Mascarenhas,1988). Obra muito erudita que em certos aspectos resvala para o realismo – fantástico, utilizando elucubrações cabalísticas para determinar o verdadeiro nome do descobridor que de fato, nunca assinou documento algum como Cristóvão Colombo. Assinava-se sempre Xpo. FERENS e seria neto de João Gonçalves Zarco. Deixando de lado essa que é uma das questões polêmicas do referido livro, passo a verificar, o que para mim é mais interessante, a ascendência judaica do Zarco, progenitor da família Câmara.

Segundo aquele autor, existiu em Tomar uma família judaica com o sobrenome Arco, que teriam pontificado na Sinagoga do Arco, daquela localidade. A partir daí, estudando as explicações para a origem do sobrenome Zarco, conduz a possibilidade de que aquele apelido seria originado de algum Gonçalves Arco, cuja pronúncia redundaria em Zarco. João Gonçalves Zarco, filho de Gonçalves Esteves Arco, neto de Estevão Arco, foi o descobridor da ilha da Madeira e fundador da família Câmara, bastante difundida por todo o Brasil, especialmente no Nordeste, e que teria aí definida sua origem judaica.

Em determinado ponto do seu trabalho, afirma Mascarenhas Barreto: “Ora o Santo Ofício em Portugal sabia que os primeiros Câmaras e os Perestrelos tinham sido cristãos-novos e cosmógrafos, quiçá astrólogos e cabalistas”.

Trabalha a favor da hipótese da origem judaica de João Gonçalves Zarco, o fato ser ele sempre mencionado apenas como “nobre homem de Matozinho” sem que se faça, como seria desejável sua ligação a alguma família da nobreza. Além do mais existia, em Portugal, uma velha família judaica com esse sobrenome, a que pertenceram indivíduos como por exemplo Mossé Zarco, alfaiate, Joseph Zarco, o poeta Yehuda Zarco e vários outros.

No Nordeste, estudaram esta estirpe, o eminente Luis da Câmara Cascudo (1989) e Adauto Câmara (s.d.), iniciando-a no Rio Grande, um Manoel Raposo da Câmara, morgado da Ilha de São Miguel, nos Açores, que se fixou por aqui em início do século XVIII. Descendentes deste patriarca irão depois dar origem aos desse sobrenome existentes no Ceará (Quixeramobim, Maranguape) (Bezerra Neto,1986).

5.23 **Ximenes e Aragão**

Os nobiliários portugueses são unânimes em iniciar esta família no espanhol Fernando Ximenes que foi feito prisioneiro pelos

lusitanos na batalha de Toro. A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 37, acrescenta ainda o seguinte:

“Os Ximenes de Aragão se originariamente não tinham sangue hebreu, adquiriram-no depois pelos vários casamentos que fizeram com pessoas de famílias judaicas.”

Em 1710 circulou em Portugal um estudo genealógico anônimo que procurava entroncar várias famílias e nobres portugueses em judeus, mouros e mulatos. Na primeira categoria estão listados os Ximenes de Aragão, confirmando a suspeita que pesava sobre a família.

Dessa estirpe, foram os mercadores que durante o século XVI, juntamente com os Rodrigues de Évora tiveram destaque internacional.

O grupo era encabeçado pelo cristão-novo Fernando Ximenes, descendente dos Ximenes de Aragão e dos Rodrigues da Veiga da cidade de Évora. Os Rodrigues eram originados do mestre Thomas da Veiga, hebreu que foi médico do rei D. Manoel, e do judeu Abraão Sênior, que se converteu ao cristianismo no ano de 1491, tendo como padrinho o próprio rei de Portugal, D. João II (kayserling,1971). Fernando Ximenes era bisneto de Abraão Sênior. Os Rodrigues, como os Lucena, estiveram por longo tempo sob a proteção dos soberanos (Salvador,1981). Nessa associação comercial, Ximenes e Rodrigues dominaram a maior parte do comércio de pimenta da metrópole e participaram amplamente do comércio de escravos.

Salvador (1976) encontrou os Ximenes, no Rio de Janeiro, no início de sua colonização: João Correia Ximenes, cristão-novo, casado com uma descendente dos Varela, também participante da seiva Abrâmica. Encontro no Catálogo Genealógico de Frei Jaboatão (Calmon,1985) que João era filho de José Correia Ximenes, e de Apolônia Soares.

Em 1618, já havia sido denunciado ao Santo Ofício na Bahia, um descendente dos Ximenes, Manuel de Galegos, filho de Pedro de Galegos e de Apolônia Ximenes. E, em 1712, um século após este fato, foi a vez de José Correia Ximenes, acima citado, preso como judaizante.

Os Galegos, associados desde longa data com os Ximenes, são cristãos-novos originados da Espanha de onde passaram para Portugal e depois para o Brasil (Salvador,1976).

No dia 11.10.1777, Sadoc de Araújo (1974), registra no Ceará na sua excelente obra "Cronologia Sobralense", o casamento de Manoel Ximenes de Aragão com Antônia Maria da Páscoa. Testemunha seu casamento, dentre outros, o seu irmão Tomé Ximenes Aragão. Este foi casado com Margarida Nunes. Foram, os dois irmãos, os troncos dos Ximenes de Aragão naquela região, sem dúvida consangüíneos com os anteriormente relatados, e de Sebastiana de Vasconcelos, de Goiana, descendente de branca Dias.

A descendência dos irmãos Ximenes é descrita no livro – “Colonização do Nordeste – Os Ximenes de Aragão no Ceará”, de autoria de Jarbas Cavalcante de Aragão, 1969.

Surgem no Rio Grande do Norte, através de Cícero Ximenes da Frota, nascido em Sobral – CE em 1897. Casou na família Gurgel, com larga descendência.

Por seu lado, a família Aragão descende dos Zapatas espanhóis, com fama de sambenitados, pelo ajuntamento ilegal entre D. Pedro, rei de Aragão e D. Inês Zapata. Seu filho D. Pedro passou a Portugal casando-se na família dos Silva, e propagando o sobrenome no Algarve e nas Beiras.

O conselheiro Gonçalo Nunes Barreto, fronteiro-mór do Algarve, era casado com Inês Aragão. Foram avós de Nuno Rodrigues Barreto alcaido-mór de Faro, ascendente dos Paes Barreto pernambucanos.

Ao tratar da penetração cristã-nova na Companhia de Jesus, Salvador (1969) refere-se ao Pe. Francisco de Borja que ingressara na Companhia, após a morte de sua esposa Leonor Barreto e esta, “admitimos ser descendente de sangue hebreu porque neta de Nuno Barreto, alcaide-mor de Faro”. O mesmo autor refere-se também ao sangue semita do militar Francisco Barreto de Menezes, mestre-de campo e depois governador de Pernambuco, bisneto da cristã-nova Leonor Aragão (Salvador,1976).

Considerando toda trampa genealógica armada no período colonial, para ocultar a ascendência judaica de Felipe Paes Barreto,

agora trazida à baila pela pena magistral de Evaldo Cabral de Mello, vê-se como foi inócua toda a trabalhadeira para ocultar o sangue hebreu que lhe chegava de Santo Fidalgo.

5.24. **Família Saldanha**

Não há de se confiar, sem reservas, nos Nobiliários, tendo em vista a prevenção que havia na península, contra os membros da nação hebréia. Sobejam os exemplos de falsificações genealógicas, visando entroncar bem as famílias portuguesas e espanholas. Tomemos com exemplo o que ocorre com esta ilustre linhagem dos Saldanhas.

Quando se busca sua origem nos velhos livros de linhagens, encontra-se que procedem do conde d. Sancho Dias de Saldanha e da infanta D. Ximena, filha Del Rei D. Fruella de Leão, lá pelos idos de 760 da nossa era. Mas quando se referem ao primeiro Saldanha em Portugal, dão um salto, bastante suspeito, de séculos, fixando-o em Diogo Lopes de Saldanha. Em torno de1475.

A controvérsia surge quando se fica sabendo que esse Diogo era filho de Fernão Lopes, que adotou o sobrenome Saldanha, e neto do judeu convertido, Nuno Lopes.

Prosápia tão ilustre, não poderia descender de judeus, daí, a empulhação genealógica, entroncando a família em remotos antepassados ibéricos.

Muitos dessa família se passaram ao Brasil no período colonial.

Há um ramo cearense, descendente do português Domingos Álvares Saldanha e de sua esposa, Joana da Silva, ele natural de Santiago de Castela de Neiva, província do Minho. Seu filho, Miguel Carlos da Silva Saldanha, também português, casou no Brasil com Tereza Maria de Jesus, foram os pais de Manuel Carlos da Silva Saldanha que casou com Isabel Maria Rodrigues, pais de:

F1. Miguel Carlos da Silva Saldanha. N. 10.05.1764.

F2. Manuel Carlos da Silva Saldanha c.c. Antônia Pereira de Alencar

F3. Alexandre da Silva Peixoto c.c. Josefa Pereira de Alencar, irmã de Antônia e ambas irmãs de D. Barbosa Pereira de Alencar.

F4. Isabel.

No Rio Grande do Norte, registro a presença do capitão Joaquim da Silva Saldanha, que foi casado com D. Francisca, descendente dos Maia e Fernandes Pimenta também da estirpe. Desse consórcio também surgiram sete filhos: D. Cosma, Ten. Cel. Benedito Saldanha, Francisco Saldanha, Capitão Pedro Saldanha. A partir destes é que vem os Veras Saldanhas da Zona oeste do Estado do Rio Grande.

6 .As Lembranças que nos restam

Se for verdade que os cristãos-novos participaram intensamente do povoamento do Nordeste, devem ter deixado sua marca não só na

constituição étnica da população, o que com facilidade se prova pela via genealógica, mas também nos hábitos e costumes dos descendentes.

Em 1967, ao prefaciar o livro “Os Marranos Brasileiros”, de Issac Izecksohn, o historiador Pedro Calmon, faz a seguinte observação:

“Nesse capítulo cede a história ao folclore, e há muito o que rastrear, principalmente nos sertões, onde se mantêm mais próximos da origem, os costumes hereditários”.

Aos interessados nesta questão, basta compulsar algumas das obras de etnólogos e folcloristas regionais, principalmente Luís da Câmara Cascudo, que encontrará material substancial. São palavras, frases, velhos costumes, hábitos estereotipados de que já não se sabe mais as origens.

Como exemplo inicial, lembramos-nos da frase tão comumente dita por sertanejos quando querem referir-se a alguém que está meditando com ares de preocupação: “está pensando na morte da bezerra”. Registram as denunciações e confissões feitas ao Santo Ofício, a noção popular, naquele distante período, do que seria o livro fundamental do judaísmo: a Tora. De Tora veio Toura e depois, bezerra, havendo inclusive quem afirmasse ter visto em cara de alguns cristãos-novos, o citado objeto, com chifres e tudo.

Também de origem judaica, é a frase “passar a mão na cabeça”, com o sentido de perdoar ou acobertar erro cometido por algum protegido. É memória da maneira judaica de abençoar, que praticavam

os cristãos-novos, passando a mão pela cabeça e descendo pela face, enquanto pronunciava a benção.

Outra palavra que denunciava sua origem, foi no passado muito utilizada na Paraíba e Pernambuco: Cohen. Tinha o significado de coxo e a fonte prende-se ao hábito que tinham alguns cristãos-novos de amarrar algum pano nos dedos dos pés, andando coxeando, como sinal para outros congêneres, lembrando reunião importante para o grupo.

Foi comum no Nordeste fazer-se versos em que cada estrofe começava com uma letra do alfabeto. Retratavam comumente a vida de alguém importante da comunidade ou feitos memoráveis. É recurso mnemônico que outra origem não pode ter que o livro dos Salmos, uma das leituras preferidas dos cristãos-novos. Veja-se como exemplo o Salmo 118.

Verifica-se nos dicionários que o termo "quizila", significa antipatia, apoquentamento, zanga, repugnância. É termo negativo, sendo tradução de "Kesil", palavra com que os hebreus denominavam a constelação do escorpião. Aliás, o que nos resta de culto das estrelas e principalmente da lua, é de evidente origem oriental, mormente judaica. Em algumas luas novas, minha mãe conduzia-me ao fundo do quintal de nossa casa e pedindo segredo, rezava à lua dizendo o que poderia ter sido o seguinte:

"*Lua nova, lua nova*

Lua que Deus acrescente
quando fores que vieres
trazei-me desta semente”

Mostrava à lua nova, a pobre e surrada carteira de cédula de meu pai, ou qualquer peça de roupa de que estivéssemos necessitando pedindo que o mês entrante nos fosse favorável. Como era protestante, embora nunca batizada, pedia o mais estrito segredo sobre esse ato. É possível que se tratasse como em outros casos, de estropiamento de praticas antigas já agora misturadas a outras crenças. Essa tradição de acompanhar as fases da lua para observar a entrada do novo mês, é talvez baseado no Sal. 104:19. Até hoje, nas sinagogas, os judeus, no sábado anterior a lua nova, invocam os seus bons fluidos (Rosh Chodesh). A seguir, uma oração a lua nova praticada pelos judeus de Belmonte em Portugal (93):

Lua nova, Deus te salve!
De todo o perigo me segures.
Assim como tu es nova e velha
Assim o Senhor me faça uma boa serva;
Assim como eu não te posso chegar,
Assim ninguém me possa alcançar.
Amem Senhor.

Embora nem os cristãos-novos tenham resistido ao sabor da carne de porco, é bem evidente se não a aversão, pelo menos a prevenção que existe ao seu consumo no Nordeste, tendo como motivo aparente, sua malignidade para a saúde. É possível que por trás deste argumento, esteja também a proibição alimentar feita aos judeus e muçulmanos.

O sangramento total dos animais abatidos para consumo, é ainda hoje o reflexo dos cuidados envolvendo o sangue, elemento vital, com recomendações explícitas no Velho Testamento. Como reverberações, também, são os alimentos e remédios preparados de véspera e dormidos, que nada mais são que as lembranças das tijeladas preparadas às sextas-feiras para serem consumidas durante o sábado.

Ao me recomendar que sempre deveríamos manter um animal em casa, minha avó explicou que era para o caso de alguma desgraça ou castigo cair sobre a nossa família, esse se abateria sobre o animal. Essa é uma crença por demais difundida pelos rincões nordestinos, refletindo a distante lembrança do uso de animais como sacrifício expiatório pelos pecados realizado durante Yom Kipur.

A guarda do sábado, fundamental para os judeus, obrigou ao cristão-novo a dar voltas no corpo para o seu cumprimento. A devoção a Nossa Senhora, por exemplo, deve ser cumprida aos sábados com fortes evidências de ser manobra para poder não trabalhar nesse dia e dedicar-se apenas ao espírito. Tão forte foi a influência cristanova no nosso país, nesse aspecto, que a folga do

sábado para o escravo, passou a ser conhecido em toda a América, como "Sistema do Brasil". Não é raro o depoimento de pessoas sobre o fato de seus avoengos ou parentes mais velhos, embora católicos, preferirem respeitar o Sábado ao invés do Domingo. O senhor Trajano Filgueira, já agora falecido, citava a ocorrência de discussões entre um dos seus parentes com padres da Igreja Católica, insistindo que a Bíblia estava sendo desrespeitada.

Outro aspecto interessante, diz respeito aos cuidados que se tem com os mortos, até o dia de hoje, em certas partes do nosso interior. O defunto deve ser lavado, unhas cortadas e a mortalha íntegra. É a purificação judaica, a "Tahara", trazida pelos conversos quinhentistas, ainda praticada ainda hoje por algumas famílias mossoroenses sem nenhuma consciência de suas origens. A moeda que antigamente se colocava a boca do finado, para que pudesse realizar sua viagem ao além, agora, é colocada nos casos de assassinatos, para evitar a fuga do culpado.

Os que são enterrados à margem das estradas, recebem as orações em pedras, que são depositadas nos braços da cruz cristã que lhes abençoa o túmulo improvisado. É a "Hashkará", que por vezes é praticada também nos cemitérios.

A proteção dos recém-nascidos contra Lilith, o demônio fêmea do judaísmo, era feita mantendo-os no claro, lamparinas acesas, até que fosse circuncidado. Agora é contra almas penadas, e até o batismo

cristão, substituto do corte do prepúcio. O termo “Lili”, com o sentido de agouro, é o que resta na memória de alguns do recôndito sertão.

Ainda ligado ao batismo, é a crendice de que a criança pagã teria poderes especiais. Não teriam sido os cristãos-novos os inventores dessa crendice, com vista a estimular ou valorizar, nos longinquos sertões, os que permaneciam sem o batismo cristão?

Em todo o Nordeste, permanece ainda entre o povo do interior a proibição de varrer o lixo das casas pela porta da frente para não atrair desgraças ao lar, hábito também trazido por cristãos-novos. Essa prática teria inicialmente o objetivo de evitar fazer passar o lixo pelo local onde se encontrava a mezuzá.

Várias práticas mágicas levadas pelos judeus portugueses para a Turquia são semelhantes as que temos aqui no Nordeste, como se ver a seguir.

Diz uma antiga lenda, contada pelo Rabino Samuel Ibn Verga em seu livro *Tribo de Judá*, que um clérigo estudioso, do sec. XI, contara a Afonso, Rei de Castela, que quando Nabucodonosor sitiou Jerusalém, veio-lhe em auxilio o Rei Hispanis, cujo nome corresponderia à Espanha. E quando Jerusalém caiu e houve partilha dos cativos, Hispanis recebeu o quarteirão da cidade, no qual viviam as famílias aristocráticas da Casa de David. Hispanis trouxe-as para a Andaluzia, instalando-as em Toledo, Granada e Sevilha. Complementando esses informes, o também rabino, Itzahak ben Gueint, dizia que vieram à Espanha duas famílias da casa real de

David: a família Ben-Daud e a família Abrabanel. A primeira teria se estabelecido em Lisboa e a segunda em Sevilha. Se verdade, estas seriam as raízes dos judeus ibéricos. O profeta Obadias, (Ob.20) escreve: *... e os cativos de Jerusalém, que estão em Sefarade, possuirão as cidades do Negeve"(Ob. 20).* Sefarade, na tradição judaica é a Espanha.

O tempo passou, vieram os romanos, os godos, os mulçumanos, e por lá permaneciam os filhos de Israel. Com a reconquista da Espanha das mãos dos mulçumanos e a adoção da política de conversão dos judeus ao catolicismo, veio também a Inquisição, que vai infernizar-lhes a vida de 1478 a 1834.

A desgraça cai sobre os judeus de Portugal, com o decreto de expulsão, promulgado pelo Rei D. Manuel I, em 1496. Para onde foram esses judeus ou cristãos-novos expulsos de Portugal? Foram para o Brasil, Turquia, Marrocos, norte da África, Síria, Holanda e Itália. Muitos permaneceram em Portugal, sendo batizados em pé.

Nos países e regiões onde predominava o Islamismo, como na Turquia, pela tolerância mulçumana, os judeus continuaram sabendo que eram judeus, não perdendo a memória de sua origem e de suas crenças. Nos países sob o jugo católico, como no Brasil, a pressão inquisitorial levou-os ao esquecimento de suas origens, sobrevivendo apenas algumas práticas até hoje presentes no nosso cotidiano. Vem a calhar, a propósito, o trabalho intitulado *Tradições mágicas dos judeus otomanos*, publicado no nº 37, ano X, da revista Morashá, de

onde colho alguns exemplos, que parecem tirados do Nordeste brasileiro. Lá, praticados por judeus, aqui, por aqueles que esqueceram sua origem.

PARA EVITAR O MAU-OLHADO:

- Pendurar ferradura ou dente de alho na entrada da casa ou de uma loja.

SOBRE CRIANÇAS:

- Se alguém passasse sobre uma criança, acreditava-se que esta não cresceria mais. Assim, se deveria passar de volta para que isso não ocorresse.
- Acreditar que os dentes de uma criança não cresceriam se ela se olhasse num espelho.
- A pessoa que notava pela primeira vez o dente, deveria dar um presente à criança.

PARA EVITAR PROBLEMAS EM CASA:

- Não se deve sentar no lugar do qual alguém se levantou, até que o lugar esfrie.
- Não deixar tesouras aberta.
- Não deixar sapatos virados para baixo.

SOBRE DINHEIRO:

- Se a mão direita coçar vai-se fazer pagamento; se for a esquerda vai-se receber dinheiro

- Se aparecer um circulo no fundo de uma xícara de café, vai-se receber dinheiro.

São apenas alguns casos, dentre tantos publicados naquele trabalho. Com ligeiras modificações, são de conhecimento geral na nossa região, pelo menos pelos mais velhos. Originam-se nos judeus portugueses e permanecem sendo praticados pelos seus descendentes, nas várias regiões do mundo para onde foram forçados a emigrar. Não sabemos mais quem somos, mas continuamos fiéis às antiquíssimas práticas dos nossos ancestrais.

Por último, é admirável a semelhança entre a prevenção contra o “judeu vermelho” e o homem ruivo do Nordeste, em ambos os casos, havendo a recomendação ter cuidado, ao tratar com o indivíduos ruivos.

7. BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA PRADO, J.F. de Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil. Vol. I Cia. Ed. Nac. Brasiliana, 1939.

2. _______ A Conquista da Paraíba, Brasiliana, 1964.

3. AMARAL, A.G. do Na Trilha do Passado – Genealogia da Família Gurgel.

4. Andrade, L.E de Somos todos Bezerra, Informativo de Circulação Familiar Nº 2, Ano II, 1989.

5. ANUÁRIO GENEALÓGICO BRASILEIRO, Vol VI, 1945.

6. ANUÁRIO GENEALÓGICO LATINO, Vol. VIII 1956.

7. ARAÚJO, F.S. de Ceará: Homens e Livros, 1981.

8. _________________ Cronologia Sobralense, Vol. I, Gráfica Editorial cearense ltda., Fortaleza, 1974.

9. ARAÚJO, N. Capitão Diogo Lopes, Acaraú, Ceará, 1978.

10. ARRUDA, F. DE A.V. Genealogia Sobralense: os Arrudas, 2ª Edição, IOCE, Fortaleza, 1987.

11. AZEVEDO, E.S. & FREIRE, N.B.V.M. Nome e Sobrenome na interpretação da história do povo. Ciência e Cultura, 36(5): 753-758 1984.

12. AZEVEDO, Tales de Povoamento da Cidade de Salvador, 2ª Ed. Série 3ª Brasiliana Vol. 281, 1955.

13. BAIÃO, A. Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa, Vol. II – Col. Seara Nova, Lisboa, 1973.

14. BANDEIRA, M.P. Genealogia das Famílias Carcará – Ferreira Lima no Nordeste.

15. BARROS LEAL, V. A. de Colonização e Povoamento do Ceará. Rev. do Inst. do Ceará, Fortaleza, 104:62-73, 1990.

16. _________________ Os Cristãos-novos na formação da família cearense. Rev. do Inst. do Ceará. 94:157-167. Jan/Dez. 1975.

17. _________________ Os Bezerra de Menezes. As origens. Rev. do Inst. do Ceará. 95:7-18. Fortaleza, Jan/Dez, 1976.

18. BASTOS, SA. No roteiro dos Azevedos e outras famílias do Nordeste. João Pessoa, 1954.

19. BENCHIMOL, S. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Ed. Umberto Calderaro, Manaus, 1977.

20. BENEVIDES, A.T. de S. e Um ramo da família Sá, de Sousa, Paraíba, no Ceará. Rev. do Inst. do Ceará, 76: 140-152, 1962.

21. BEZERRA, J.A. Seridó, Brasília, 1980.

22. BEZERRA NETO, E. Os Câmaras – suas origens e fixação no Ceará. In: rev. do Inst. do Ceará, Fortaleza, 1986.

23. BORGES da FONSECA, A.V. Nobiliarquia Pernambucana, vol. I Coleção Mossoroense, Série C, vol. 819, 1992.

24. ____________________________. Vol. II, Série C, vol. 821, 1992.

25. ____________________________. Vol. III, Série C, vol. 822, 1992.

26. ____________________________. Vol. IV, Série C, vol. 823, 1993.

27. BOXER, C.R. Os Holandeses no Brasil (1624-1654), Série Brasileira, vol. 312. Cia. Ed. Nacional. São Paulo, 1961.

28. BRIGIDO, João. Ceará – Homens e Fatos, 1919.

29. CALMON, Pedro. Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das principais famílias de Frei Jaboatão. Vol. II. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

30. CALMON, Pedro. História da casa da Torre. Rio de Janeiro, 1958.

31. CALMON, Pedro. Introdução e Notas do Catálogo Genealógico das principais famílias, de Frei Jaboatão. Vol I. Empresa Gráfica da Bahia, Salvador, 1985.

32. CÂMARA, A.M.R. da. Câmaras e Miranda – Henriques. Rev. Gen. Brasileira – Ano V.

33. CÂMARA, Fernando. Memórias do Dr. Antonio Gervásio Alves Saraiva. Rev. do Inst. Do Ceará. 98:17-27. Fortaleza, Jan/dez., 1984.

34. CARNEIRO, M.T.T. O Antissemitismo na Era Vargas (1930-45). Ed. Brasiliense, São Paulo, 1988.

35. CARVALHO, F. M. Raízes judaicas no Brasil. Ed. Nova América, São Paulo, 1992.

36. CARVALHO FRANCO. Nobiliário Colonial, 2ª ed. Inst. Gen. Grãs. São Paulo, s.d.

37. CASTELO BRANCO FILHO, Moyses. O povoamento do Piauí. Rio de Janeiro, 1982.

38. CASTELO BRANCO, J.M.B. Moreira Brandão. Rio de Janeiro. Rev. do Inst. Geog. Brasileiro, vol. 242, 1959.

39. CASTELO BRANCO, R. Os castelo Branco d´Aquém e D´Alem Mar, L. R. Editora Ltda. 1980.

40. CASCUDO, L. da C. Governo do Rio Grande do Norte, vol I. Coleção Mossoroense, Vol.DXXVI, 1989, Série C.

41. ________________. Nomes da Terra, Fundação José Augusto, Natal, 1968.

42. ________________. Os Holandeses no Rio Grande do Norte. Ed. do Departamento de Educação, Natal, 1949.

43. ________________. Gonçalo Morgado, in: O Livro das Velhas Figuras – VI. Int. Hist. e Geog. do Rio Grande do Norte, 1989.

44. COELHO, A.B. Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668, vol. I Editorial Caminho, Coleção Universitária, Lisboa, 1987.

45. COUTINHO, M.A.G.B. Cristãos-novos nos Açores, o caso de Gaspar Dias. Bol. do Inst. Hist. da Ilha Terceira. Vol. XLV, 1987.

46. DINES, Alberto. O Baú de Abravanel. Companhia das Letras, 1990.

47. Doria, F. A. Caramuru e Catarina, São Paulo, Editora SENAC,2000.

48. ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE, Ed Delta S.A., Rio de Janeiro, 1971.

49. ENCICLOPÉDIA BRITANICA, William Barton Publisher, 1959.

50. FACÓ, Boanerges. Fatos do Ceará – Quixeramobim, Rev. do Inst. do Ceará.

51. M.J.C.FELGUEIRAS GAYO, Nobiliário de Famílias de Portugal : Filgueiras pg352 a 374, 1989.

52. FERNANDES, J. B. Memorial de Família, 1994.

53. Fernandes Calazans. O guerreiro do Yaco, Fundação José Augusto, Natal, RN, 2002.

54. FERRAZ, A.L.P. et al. Apontamentos Genealógicos de D. Francisco da Cunha Castelo Branco, Oficina Industrial Gráfica, Rio de Janeiro, 1926.

55. FERREIRA, E. P. A Mística do Parentesco, vol 4. Livraria Correa do Lago. São Paulo, 1990.

56. FERRO, M. J. Pimenta. Os Judeus em Portugal no século XIV. Guimarães & Cia. Editores, Lisboa, 1979.

57. FONSECA, R. P. da. Manoel Deodoro da Fonseca. Revista do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 316, 1977.

58. FREIRE, G. Casa-Grande e Senzala, 25ª ed. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1987.

59. GALVÃO, H. História da Fortaleza da Barra do Rio Grande do. ME/CFC, Rio de Janeiro, 1979.

60. GIRÃO, R. O Abraão do Jaguaribe. Rev. do Inst. do Ceará, 86: 112-134, 1972 e 87:115-136, 1973.

61. ________. Montes. Machados. Girões. Rev. do Inst. do Ceará, Fortaleza, 86:89-156, Jan/dez. 1965.

62. GONÇALVES, Iria. Imagens do Mundo Medieval. Livros Horizonte Ltda. Lisboa, 1988.

63. GRILLO, M.S.G. Buscando a luz sobre Nísia Floresta Brasileira: Augusta, Clima, Natal, 1989.

64. Guerra, Flávio, Lucena – um estadista pernambucano, Arquivo Público Estadual, Imprensa oficial, Recife, 1958.

65. HEMETÉRIO FILHO, Patu: história do município, s.d.

66. IZACKSOHN, I. Os Marranos Brasileiros, Impres. São Paulo, 1967.

67. KAYSERLING, Meyer. História dos Judeus em Portugal, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1971.

68. LEÃO, Ruth de A. Bárbara de Alencar in: Mulheres do Brasil, Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1971.

69. LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte. Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Norte, vol. 25/26, 1926.

70. ___________. Municípios do Rio Grande do Norte. Revista do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Norte, vol. 35/37, 1941.

71. LIPINER, Elias. Os Judaizantes nas Capitanias de cima. Editora Brasiliense, São Paulo, 1969.

72. ___________ . Os Batizados em Pé, Coleção Documenta Histórica, Veja, Lisboa, 1998.

73. ___________ . Gaspar da Gama, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1987

74. LIRA, J. M. De Caiçara a Sobral, Ceará, 1971.

75. MACEDO, Nertan. O clã das Inhamuns, Editora Renes, Rio de Janeiro, 1980.

76. MACEDO, J. Povoamento e Povoadores do Cariri cearense, Imprensa Oficial do Ceará, s.d.

77. MASCARENHAS BARRETO, A. O Português Cristóvão Colombo – Agente Secreto do Reino Dom João II, Referendo, Lisboa, 1988.

78. MATOSO, José. A Nobreza Medieval Portuguesa. Imprensa Universitária. Editorial ESTAMPA, Lisboa, 1987.

79. MEDEIROS FILHO, J. & FARIAS, O. L. de. Seridó – Séc. XIX (Fazendas e Livros), Rio de Janeiro. Fomape Editora, 1987.

80. MEDEIROS FILHO, O. Velhas Famílias do Seridó. Brasília, 1981.

81. ______________ . Aconteceu na Capitania, Departamento Estadual de imprensa, Natal, 1997.

82. MEDEIROS, T.D. & MEDEIROS, M.D. Ramificações Genealógicas do Cariri Paraibano, Brasília, 1989.

83. MELLO, J.A.G. de. Gente da Nação, Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

84. MELLO, E. C. de. O nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial. Cia das Letras, São Paulo, 1989.

85. MELO, V. de. Calendário Cultural e Histórico do Rio Grande do Norte, Conselho Estadual de Cultura, Nobel, 1976.

86. MELLO, Mário. Família Carneiro da Cunha, Rev. do Inst. Arg. E Geog. Pernambuco. Vol. XXXII, N.º 151/154, pág. 63-73.

87. MENDONÇA, H. F. de. Denunciações e Confissões de Pernambuco (1593-1595). São Paulo. Ed. Paulo Prado, 1929.

88. NAVA, Pedro. Baú de Ossos. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984.

89. NEVES, N. T. O Barão do Pajeú e Adjacências, Bol. do Inst. Cultural do Vale Caririense, Juazeiro do Norte, 1983.

90. NONATO, Raimundo. Zona do Por do Sol Col. Mossoroense, Vol. XII.

91. NOVINSKY, Anita. Cristão-novos na Bahia. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1972.

92. . NOVINSKY, Anita, A Igreja no Brasil colonial – agentes da Inquisição (*http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/836*, em 23/02/2009).

93. PAES BARRETO, C. X. Os primitivos colonizadores nordestinos e seus descendentes. Editora Melro Soc. Anônima, Rio de Janeiro, s.d.

94. Das Fogueiras da Inquisição às terras do Brasil. Imago, Rio de janeiro, 2002.

95. __________________. Teixeiras, Rev. Gen. Latina. Nº 20.

96. POLIAKOV, L. De Maomé aos Marranos, Editora Perspectiva , 1984.

97. POMPEU SOBRINHO, T. de. O homem do Nordeste. Rev. do Inst. do Ceará, 321-288. Fortaleza, 1937.

98. ROCHA, L. M. da. Russas – Sua origem, sua história, Recife, 1976.

99. ROTH, C. Pequena História do Povo Judeu. Fundação Fritz Pinkuss, Congregação Isarelita Paulista. São Paulo, 1963.

100. SALVADOR, J. G. Os Cristãos-novos em Minas Gerais durante o Ciclo do Ouro, São Paulo, Pioneira, 1992.

101. ________________. Os Magnatas do Tráfego Negreiros, São Paulo. Pioneira/Edurp. 1981.

102. ________________. Os Cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro. Ed. Pioneira, São Paulo, 1976.

103. ________________. Cristãos-novos, Jesuítas e Inquisição, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1969.

104. SANTOS FILHO, L. Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1956.

105. SAPOLNIK, J. A. A contribuição judaica à independência do Brasil, Ed. Convergência, Bahia, 2ª ed. s. d.

106. SCLIAR, M A Condição Judaica, Porta Alegre L &PM, 1985.

107. SILVA, A. M. da. João Severiano, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1989.

108. SIQUEIRA, S. A. A presença da Inquisição no Vale do Parnaíba, Taubaté, Coleção Ensaios, 1978.

109. _________ A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial, São Paulo, Editora Ática, 1978.

110. SOBREIRA, Azarias. Minha árvore de família, Rev. do Isnt. do Ceará: Tomo LX, 1946.

111. SOUSA, A. J. De Grande Pombal: Apanhados históricos, geográficos e genealógicos, Pombal, 1971.

101.SOUSA, F.F. de. História de Mossoró, Editora Universitária/UFPb, João Pessoa, 1979.

102. SOUSA, I. De. A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930), Natal, Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

103. STUDART, G. Dicionário Bio-bibliográfico Cearense, Vol. III, Fortaleza, 1910.

105 VALADARES, P. O Mistério do “Venha Ver” e o Dibuk sertanejo (I), o Hebreu, São Paulo, nº 106, Jan-Fev., 1989.

106 __________. Os Segredos da Nação (no prelo).

107 VENTURA, M. P. Portugal-Origem. Evolução e Fatos, 1989

108 VIEIRA, E. B. F. A Verdadeira origem dos Carcarás de Saboeiro, Bol. do Inst. Cultural do vale Caririense, nº 06, Juazeiro do Norte-CE, 1979.

109 WIZNITZER, A. Os Judeus no Brasil Colonial, Pioneira, São Paulo, 1966.

110 WOLFF, Egon. Coletânea de Artigos e Conferências, Inst. Hist. e Geog. Brasileiro. Rio de Janeiro, 1991.

111 WOLFF, E. & WOLFF, F. Crônicas do nosso arquivo, 1987.

112 __________. Judeus em Amsterdã, Rio de Janeiro, 1989.

112. __________. Natal – Uma comunidade singular. Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1984.

Pinto,F.P. Descendência de Branca dias, João Pessoa, 1994